

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

STÉPHANI KAUANY APARECIDA BUENO PINTO

**FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS
CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE ACADÊMICOS EM
FORMAÇÃO**

**PONTA GROSSA
2025**

STÉPHANI KAUANY APARECIDA BUENO PINTO

**FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS
CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE ACADÊMICOS EM
FORMAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia na
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marilúcia Antônia de Resende
Peroza

PONTA GROSSA

2025

STÉPHANI KAUANY APARECIDA BUENO PINTO

**FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS
CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE ACADÊMICOS EM
FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora homologada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como exigência parcial dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marilúcia Antônia de Resende Peroza
(Orientadora)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Dr.^a Fátima Aparecida Queiroz Dionizio
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Dr.^a Izabelle Cristina de Almeida
Universidade Estadual de Ponta Grossa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e familiares, pelo amor e apoio incondicional. E aos meus professores e amigos, pelo companheirismo ao longo desta jornada acadêmica.

AGRADECIMENTO

Tudo que existe em nós são fragmentos das pessoas que se permitiram ensinar e aprender conosco. É com esse pensamento que reservo esse espaço em agradecimento a todos aqueles que se fizeram presentes em minha vida.

Agradeço a Deus que atendeu meus anseios e ouviu as minhas orações, me guiando até aqui.

Pelo amor, cuidado e esforço de meu pai Alcides e de minha mãe Vânia, que batalharam desde sempre, colocando minha educação e criação como prioridade para que eu pudesse conquistar tudo que me propus a fazer. Ensinar-me que realização não é individual, pois afinal sempre fomos uma cooperativa. Agradeço, também, pelo valor que me ensinaram a dar para a educação e o incentivo que me levou a escolher a Pedagogia como formação.

Pelo carinho e amor de minha irmã, meus avós, tios e tias, primos e primas e demais familiares, que me possibilitaram conhecer o real significado de família.

Pelo acompanhamento e direcionamento de minha orientadora, a professora Marilúcia Antônia de Resende Peroza que, como professora, me ensinou a enxergar a criança e entende-la em toda sua humanidade. E, como orientadora, tornou possível não somente a escrita desse trabalho, como também, a construção de minha identidade docente crítica e acima de tudo humana.

A banca examinadora que é formada pelas professoras Fátima Aparecida Queiroz Dionizio e Izabelle Cristina de Almeida, que aceitaram fazer parte desse momento contribuindo com meu processo formativo. Aproveito, também, para agradecer a todos os professores e professoras que desde meus primeiros passos até o dia de hoje contribuíram com minha constituição enquanto sujeito, compartilhando comigo seus múltiplos saberes.

Agradeço aos meus amigos que tornaram o caminho muito mais significativo permitindo-me aprender com seus aprendizados, fazendo-se presente no processo de construção, pesquisa e conclusão da minha formação acadêmica.

A todos esses deixo registrado meus sinceros agradecimentos.

“Ensinar é um exercício de imortalidade.
De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos
aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra.
O professor, assim, não morre jamais...”
Rubem Alves (1994)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo Analisar qual a função da Educação Infantil na perspectiva dos acadêmicos do Curso de Pedagogia, tomando como base as experiências e contribuições de acadêmicos em formação. Para tanto, estabeleceram-se como objetivos específicos: identificar as concepções dos estudantes do curso de Pedagogia sobre a função social da Educação Infantil; caracterizar as compreensões dos futuros pedagogos sobre a Educação Infantil buscando relacioná-las com as teorias, o senso comum e as relações sociais, culturais, políticas e históricas; e conhecer como a formação inicial dos acadêmicos do curso de Pedagogia pode gerar mudanças nas concepções a respeito da função da Educação Infantil no desenvolvimento das crianças. O problema central questiona: Qual a função da Educação Infantil na perspectiva dos acadêmicos do Curso de Pedagogia? Para tanto, o estudo adota uma perspectiva qualitativa, utilizando como ferramentas de pesquisa o Estado do Conhecimento, o estudo documental voltado à compreensão sobre a educação da criança pequena no novo currículo do curso de Pedagogia da UEPG e a aplicação de questionários com acadêmicos do curso de graduação em pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O aporte teórico é representado por Mello (2009), Facci (2004); Santos e Morosini (2021), dentre outros autores que contribuíram no embasamento da pesquisa. Obteve-se como conclusão, pela análise dos dados e reflexão sobre as bibliografias, que a Educação Infantil tem funcionalidade humanizadora e que seu papel é crucial no processo de apropriação, ressignificação e produção da cultura. Portanto, teorizar sobre ela é pensar em todas as suas relações sociais, culturais, políticas, econômicas e históricas. Os resultados obtidos confirmam que a educação infantil tem função primordial no desenvolvimento humano das crianças e que essa perspectiva reverbera no pensamento dos futuros pedagogos. Contudo, indica que ainda é preciso avançar no que se refere a construção de uma base sólida que compreenda a função da educação infantil e aprofunde cada vez mais a formação inicial daqueles atuarão nesse processo educativo.

Palavras-chave: Educação infantil; função social; formação docente; desenvolvimento humano.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: quantidade de trabalhos encontrados	17
QUADRO 2: Textos da bibliográfica sistematizada	18
QUADRO 3: Textos selecionados para a bibliografia categorizada	19
QUADRO 4: Faixa etária dos participantes	29
QUADRO 5: O que os acadêmicos pensam sobre educação infantil	47
QUADRO 6: Como os acadêmicos compreendem a função da educação infantil.....	49
QUADRO 7: Afirmações de senso comum que influenciam na compreensão da Educação Infantil apontadas pelos acadêmicos	51
QUADRO 8: Principais desafios da educação infantil na visão dos acadêmicos.....	54
QUADRO 9: Quais potencialidades os participantes identificam na educação Infantil	55
QUADRO 10: Como os participantes percebem o papel dos profissionais da educação na promoção de um ambiente humanizador	58
QUADRO 11: A influência da formação acadêmica no aprofundamento das compreensões dos estudantes	60
QUADRO 12: As mudanças de pensamento trazidas pela graduação	62
QUADRO 13: Quais áreas do conhecimento trataram da Educação Infantil no Curso de Pedagogia	64

LISTA DE SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CF – Constituição federal.

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação.

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a educação infantil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 2: O CAMINHO DA PESQUISA	15
2.1 O ESTADO DO CONHECIMENTO	15
2.2 ESTUDO DOCUMENTAL - A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA NO NOVO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPG	23
2.3 QUESTIONÁRIO - LÓCUS E PARTICIPANTES DA PESQUISA	29
CAPÍTULO 3: A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS CRIANÇAS	33
3.1 A CRIANÇA E A INFÂNCIA AO LONGO DO TEMPO	34
3.2 A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA NO BRASIL.	38
3.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FUNDAMENTAL NO DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS CRIANÇAS.	41
CAPÍTULO 4: EDUCAÇÃO INFANTIL PELAS VOZES DE FUTUROS PEDAGOGOS.	47
4.1 – PERSPECTIVAS DOS ACADÊMICOS SOBRE A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.	47
4.2 - PERSPECTIVAS DOS ACADÊMICOS SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL.	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	73

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

A primeira infância é um período muito importante para o desenvolvimento humano, pois é nela em que se estabelece o primeiro contato com o mundo. Entre o nascimento e os seis anos de idade, os sujeitos desenvolvem muitas de suas características humanas, das mais simples às mais complexas como a fala, o andar, o sentir, o interagir e inúmeras outras habilidades próprias da cultura humana.

Nesse percurso de desenvolvimento, a criança recebe estímulos vindos dos meios aos quais faz parte, sendo um deles a educação oferecida nas instituições escolares, que após muitas transformações históricas, passa a ser reconhecida como meio fundamental para a formação dos sujeitos, bem como direito da criança desde os seus primeiros anos de vida. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, destinada às crianças de 0 a 5 anos¹, possui a importante responsabilidade ao auxiliar no processo de apropriação e aperfeiçoamento das potencialidades humanas nessa fase inicial de crescimento.

Em contrapartida às informações anteriormente trazidas, é possível notar que, na realidade onde vivemos, a educação infantil não é compreendida em toda sua complexidade. A partir dessa percepção, o interesse pelo tema “a função da educação infantil no desenvolvimento humano das crianças”, surge pela necessidade de compreender a função da educação infantil na sociedade e seu papel no desenvolvimento do potencial humano das crianças.

No ano de 2022, quando dei início a minha graduação, tive minha primeira experiência profissional na área da educação. Nesse período atuei como auxiliar de infantil I e II. Posteriormente, conforme os anos foram passando, pude experimentar um pouco de toda a educação infantil, vivenciando mais as rotinas dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Para além do contato profissional, no contexto pessoal, também, sempre fui rodeada por crianças, o que corroborou com a decisão de pesquisar acerca da primeira infância. Também, vivenciei ao longo da vida, discursos relacionados com a

¹ A educação infantil de acordo com a BNCC é dividida em dois segmentos, a creche e a pré-escola. A creche é integrada pelos bebês de 0 a 18 meses e pelas crianças bem pequenas de até 3 anos e a pré-escola é constituída pelas crianças pequenas de 4 a 5 anos.

finalidade da educação infantil, embasados em definições de senso comum, comumente propagados no contexto social.

Em meio a essas relações surge a formação acadêmica, que me possibilitou estudar a educação, contemplando as perspectivas daqueles que se dedicaram a pesquisar e teorizar sobre ela. Levando em consideração o currículo referente à minha graduação, tive nos primeiros anos, uma formação com ênfase mais teórica. Tendo isso em vista, na medida em que passei a conhecer sobre a educação, pude problematizá-la e, nesse caminho, percebi que existem muitas lacunas que dificultam a compreensão da função fundamental da Educação Infantil na humanização dos sujeitos.

Em geral, a educação infantil é concebida apenas como preparatória para os próximos anos de estudo, carregando um caráter conteudista, que não valoriza suas contribuições para a formação integral da criança. Outra questão é que, para muitos, essa fase de educação, é considerada apenas como um lugar onde deixar as crianças, o que traz à tona outra concepção equivocada, em que o processo educativo é simplificado com uma dimensão meramente assistencialista.

Durante as buscas iniciais sobre o tema, enfrentei dificuldades para encontrar pesquisas que embasassem meus estudos, visto que, a maior parte dos trabalhos que encontrei, discutiam a educação infantil atrelada a aprendizagem para os anos iniciais, para a alfabetização, ou para alguma área do conhecimento e assim por diante, nunca de fato encarando-a como importante por si só.

A visão do aspecto assistencialista das instituições educativas de atendimento às crianças ainda é muito evidente em nossa sociedade. Muitos responsáveis matriculam seus filhos exclusivamente por conta da obrigatoriedade, após os 4 anos, ou pela necessidade, de 0 a 3 anos, por não ser compulsória. Neste sentido, os processos educativos desenvolvidos na Educação Infantil acabam por não serem compreendidos em sua função social principal, que é de humanização das crianças em sua relação com o mundo, com os outros e com a cultura (Mello, 2009).

Certa vez, em uma aula da disciplina de estágio em docência na educação infantil, estávamos debatendo sobre os principais conceitos que circundam a educação para os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. A professora desta disciplina nos perguntou se sabíamos por que a nomenclatura era “educação infantil” e não “ensino infantil”. Após esse questionamento, nos explicou que a criança da educação infantil está sendo ensinada a ser gente, está, por meio desse processo,

inserindo-se na cultura humana. Sendo assim, o conteúdo da educação infantil é o conteúdo da vida, é o movimento de procura de um lugar no mundo pela criança, portanto, que está em processo de humanização.

Analisando as reflexões descritas até aqui, pude observar que a formação dos pequenos é muito mais ampla e importante para muitos aspectos de suas vidas. Diante disso, pensando em como é imprescindível compreender o papel fundamental que a educação infantil exerce na constituição do sujeito, o estudo problematiza: **Qual a função da Educação Infantil na perspectiva dos acadêmicos do Curso de Pedagogia?**

Para tanto, definiu-se como objetivo geral da pesquisa analisar qual a função da Educação Infantil na perspectiva dos acadêmicos do Curso de Pedagogia. Possuindo como objetivos específicos: identificar as concepções dos estudantes do curso de Pedagogia sobre a função social da Educação Infantil; caracterizar as compreensões dos futuros pedagogos sobre a Educação Infantil buscando relacioná-las com as teorias, o senso comum e as relações sociais, culturais, políticas e históricas; e conhecer como a formação inicial dos acadêmicos do curso de Pedagogia pode gerar mudanças nas concepções a respeito da função da Educação Infantil no desenvolvimento das crianças.

O texto adota uma metodologia qualitativa, que busca analisar os conceitos de forma dialética, para a construção de uma nova compreensão sobre o tema discutido. Os procedimentos técnicos utilizados foram o Estado do Conhecimento, o estudo bibliográfico e documental, além da proposição de questionário com estudantes do segundo ano do Curso de Pedagogia.

O Estado do Conhecimento é uma metodologia de pesquisa que auxilia no mapeamento de referenciais teóricos correspondentes com a temática da pesquisa. Este procedimento tem como objetivo construir novos conceitos, por meio da análise de diferentes aspectos do campo de conhecimento estudado (Santos; Morosini, 2021).

Ao longo da pesquisa analisou-se as reflexões e concepções de acadêmicos do curso de Pedagogia de maneira qualitativa. Nesse sentido, os questionários foram realizados com objetivo principal de produzir dados empíricos, pessoais e de opinião própria dos participantes, almejando identificar diferentes respostas e analisar a diversidade e consensos nos pontos de vista dos acadêmicos sobre o tema estudado.

O trabalho está dividido em três capítulos que buscam, conforme os objetivos apresentados anteriormente, identificar, caracterizar e analisar a função da educação

infantil, à luz das concepções teóricas e das perspectivas dos acadêmicos que durante o ano de 2025 cursaram o segundo ano do curso de Pedagogia da UEPG.

O segundo capítulo, denominado “O caminho da pesquisa”, discorre sobre como foi o processo de desenvolvimento da pesquisa, apresentando os resultados do Estado do Conhecimento e das demais metodologias utilizadas durante o percurso da pesquisa.

O capítulo três traz o estudo teórico sobre o tema, tendo como título “A função da educação infantil para o desenvolvimento humano das crianças”, abordando tópicos como a criança e a infância ao longo do tempo; a educação infantil como fundamental no desenvolvimento humano das crianças e a educação infantil e sua relação com concepções do senso comum. Neste capítulo também consta a análise dos dados produzidos.

O terceiro capítulo, intitulado “Uma análise das concepções de acadêmicos em formação”, corresponde a análise dos dados, salientando as contribuições da pesquisa.

Por fim, nas considerações finais, são atribuídas as reflexões e concepções acerca da função da educação infantil no desenvolvimento humano das crianças. Salienta-se, também, os objetivos alcançados e as contribuições da pesquisa para o campo científico que se dedica a pensar na educação da primeira infância.

CAPÍTULO 2 - O CAMINHO DA PESQUISA

O presente capítulo tem por objetivo detalhar os caminhos que possibilitaram a realização da pesquisa. Está subdividido em três tópicos, o primeiro é composto pela apresentação dos resultados obtidos no Estado do Conhecimento, metodologia bibliográfica utilizada na busca de referências teóricas, que ampliaram o olhar sobre o campo de conhecimento em pauta.

Outra metodologia utilizada na elaboração da pesquisa foi o estudo documental, a partir do qual buscou-se compreender como a educação da criança pequena vem sendo desenvolvida no novo currículo do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, instituição de formação superior que se materializa como lócus da pesquisa.

O capítulo, também, organiza uma pequena apresentação do questionário realizado com os acadêmicos do segundo ano do curso de pedagogia da UEPG. Produzido e aplicado com a finalidade de obter dados para uma análise que permita a identificação das concepções dos estudantes, suas compreensões sobre a Educação Infantil e a reflexão sobre como a formação inicial em Pedagogia pode gerar mudanças nas concepções a respeito da função da Educação Infantil no desenvolvimento das crianças.

2.1 - O ESTADO DO CONHECIMENTO

Um dos processos que foram parte da construção deste estudo foi a elaboração de um Estado do Conhecimento, metodologia de pesquisa que possibilita a compreensão do que se está pesquisando. Morosini (2015, p. 102), sobre o Estado do Conhecimento, declara,

No meu entendimento, estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Esse procedimento de identificar, registrar e categorizar, é fundamental no processo de pesquisa, visto que só se pode escrever sobre algo, se já o compreendeu e já o analisou por diferentes horizontes. Portanto, a escolha por utilizar essa fonte de

pesquisa, oportuniza a amplificação do capital teórico acerca da função da educação infantil para o desenvolvimento humano das crianças, bem como o aprimoramento da escrita e da construção de novos conceitos e concepções.

Esse estudo ocorre em quatro etapas, sendo elas: a bibliografia anotada; bibliografia sistematizada; bibliografia categorizada e bibliografia propositiva. Segundo Santos e Morosini (2021, p. 142),

Para além do levantamento das publicações, objetiva-se a compreensão de um determinado campo de conhecimento, através da bibliografia anotada, sistematizada e categorizada, ou seja, mapeia-se e analisa-se o que as produções de uma determinada ordem, num determinado período e território, produziram de forma científica.

Desse modo, o Estado do Conhecimento, promove não somente uma construção teórica a partir de outros pontos de vista, mas também possibilita o entendimento amplo sobre o tema e as relações que os circundam. Levando isso em consideração, foi adotado o método dialético de pesquisa que, segundo Prodanov e Freitas (2013), estabelece uma interpretação da realidade não isolada das questões sociais e culturais.

Assim sendo, as pesquisas lidas não são utilizadas para a escrita de um texto, mas sim para a apropriação e transformação de conceitos, além da construção de novas perspectivas sobre um campo de conhecimento que é permeado por fatores sociais, culturais, econômicos, entre outros, que influenciam e são influenciados por eles. Portanto, pela importância dessa abordagem para a fundamentação da pesquisa, o primeiro passo foi a busca por teses e dissertações que fossem ao encontro da pesquisa desenvolvida, tendo como pergunta central a função da educação infantil para o desenvolvimento humano das crianças. Para tanto, a busca foi realizada na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com as palavras-chave “Educação Infantil”, “função social” e “Pedagogia”, delimitadas do ano de 2020 a 2025. O recorte temporal dos últimos cinco anos se deve à nossa intenção de procurar por conceitos e concepções mais recentes nas pesquisas.

A plataforma mostrou 103 resultados, sendo 33 teses e 70 dissertações. Estes trabalhos abordam diferentes nuances da educação infantil, desde a formação docente até a atuação das áreas do conhecimento no desenvolvimento infantil, conforme expresso na quadro 1.

QUADRO 1: Quantidade de trabalhos encontrados.

TIPO DE PESQUISA	QUANTIDADE
Tese	33
Dissertação	70
Total	103

Fonte: As autoras.

Para selecionar quais textos de fato possuíam aspectos acerca da função da educação infantil, foi realizada a bibliografia sistematizada, que corresponde à leitura flutuante dos resumos elencando, a partir dela, quais seriam importantes para o aprofundamento da pesquisa (Santos; Morosini, 2021).

Nesse caminho, foi possível perceber que muitas pesquisas, apesar de abordarem pontos muito importantes sobre a educação infantil, não teorizam especificamente sobre ela. Esse fato evidencia a originalidade da pesquisa e a importância de compreender qual é a função da educação infantil para o desenvolvimento humano, sem que ela esteja sempre atrelada a outro fator.

Em um primeiro momento, tendo como base a bibliografia anotada, as pesquisas foram separadas levando em consideração os critérios estabelecidos pelos objetivos do estudo. Posteriormente foi realizada uma nova seleção, fundamentada nos aspectos da bibliografia sistematizada, direcionando o olhar para o conteúdo dos resumos, objetivos e resultados dos textos.

Durante esta seleção foi preciso elencar critérios de inclusão e de exclusão, que delimitaram quais textos realmente se assemelhavam com o que o presente estudo almeja alcançar. Esse movimento é necessário para que as próximas etapas, referentes à categorização e análise, possam ocorrer de maneira direcionada.

Caso algum dos trabalhos constantes na Bibliografia Anotada, após a leitura flutuante do resumo, não esteja alinhado ao objetivo proposto no estudo, este trabalho não deve ser inserido na tabela da Bibliografia Sistematizada (Santos e Morosini, 2021, p. 134).

Os textos que compõem a tabela de bibliografia sistematizada atenderam aos critérios de inclusão, sendo esses a adequação com os objetivos da pesquisa, conexão entre os temas, data de publicação recente, abordagens semelhantes e referenciais bem definidos. Aqueles que não foram selecionados para compor a tabela, foram eliminados seguindo critérios de exclusão, sendo que em sua maioria

foram retirados por não se adequarem com o tema, se desvinculando da educação infantil e do desenvolvimento humano da criança. Por meio deste passo da pesquisa, foram selecionados 10 textos, conforme descrito na quadro 2.

QUADRO 2: Textos da bibliográfica sistematizada.

TÍTULO	ANO	AUTORES	TIPO / INSTITUIÇÃO
Articulação entre a educação INFANTIL e os anos iniciais do ensino fundamental: uma experiência de formação em contexto do colégio Mãe de Deus.	2019	Sonara Maria Lopes de Oliveira	Dissertação (UEL)
A formação em contexto de professoras dos bebês e das crianças bem pequenas: análise de um processo formativo na creche	2020	Edlane de Freitas Chaves	Tese (UFC)
Na contramão das imposições: em busca da (re)significação da função docente e do papel da escola de Educação Infantil	2021	Adelir Aparecida Marinho de Barros	Tese (PUC-Campinas)
Professoras Articuladoras do município do Rio de Janeiro: olhares quanto a educação de bebês e crianças bem pequenas.	2021	Joana Possidônio Rosa.	Dissertação (UERJ)
O tempo, os bebês e as crianças pequeninas: saberes docentes, o currículo e a contemporaneidade.	2021	Rita de Cássia Marinho de Oliveira André.	Tese (PUC-SP)
A centralidade da percepção na primeira infância e seu desenvolvimento por meio do ensino: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural	2022	Lorrana Morelli Soares	Dissertação (unesp)
Emoção, afetividade e desenvolvimento humano: uma articulação necessária na educação infantil	2022	Natália Navarro Garcia	Dissertação (UEL)
“Criança tem que brincar mesmo! Depois cresce, vira adulto e não brinca mais”: estudo do desenvolvimento da imaginação na idade pré-escolar	2023	Aline Patricia Campos Tolentino de Lima	Tese (USP)
A função social da creche na visão de famílias do município DE Inocência-MS.	2024	Amanda Cassia Pereira Frota Garcia	Dissertação (UFMS)
Eu vou pra escola e continuar criança?: a transição da educação infantil para o 1º ano do ensino fundamental em Itaboraí /RJ no período da pandemia da Covid-19 (2020-2022)	2024	Márcia Mary Nunes	Dissertação (UERJ)

Fonte: As autoras.

Durante a análise, foi realizada a seleção desses textos, adequando-os ao tema principal do estudo. Foi possível perceber que muitos deles, apesar de auxiliares na escrita da pesquisa, não tinham como base a função da educação infantil. Para tanto, foram aplicados os princípios da bibliografia categorizada em que se analisa de maneira mais aprofundada o conteúdo das pesquisas.

Nessa direção, a partir da leitura dos resumos, resultados e objetivos, muitos estudos foram excluídos. Isso porque o critério de inclusão levou em consideração a ligação direta dos estudos com o entendimento da função da educação infantil, entretanto, a maior parte dessas pesquisas não se enquadraram a esse critério, uma vez que mesmo debatendo sobre a educação infantil, seus temas principais não contemplaram esse conceito como alicerce para abordar outros aspectos.

Sendo assim, na bibliografia categorizada foram elencados apenas três deles, que de fato debatem sobre a temática. As pesquisas selecionadas têm em comum a discussão direta da educação infantil e de sua função, abordando os conceitos de criança e infância e o contexto histórico que formou a atual estrutura da educação na infância. Além de discorrerem de forma crítica sobre as visões que diminuem a relevância do ensino proporcionados nas instituições de educação infantil, trazem dados empíricos e qualitativos de diferentes públicos, como pais, professores e secretarias de educação, conforme apresentado na quadro 3.

QUADRO 3: Textos selecionados para a bibliografia categorizada.

TÍTULO	ANO	AUTOR	TIPO/ INSTITUIÇÃO
Na contramão das imposições: em busca da (re)significação da função docente e do papel da escola de educação infantil	2021	Adelir Aparecida Marinho de Barros	Tese (PUC-Campinas)
A centralidade da percepção na primeira infância e seu desenvolvimento por meio do ensino: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural	2022	Lorrana Morelli Soares	Dissertação (unesp)
A função social da creche na visão de famílias do município de Inocência-MS.	2024	Amanda Cassia Pereira Frota Garcia	Dissertação (UFMS)

Fonte: As autoras.

Com as pesquisas já definidas, foi possível caminhar para o próximo e último passo, que é a bibliografia propositiva, que corresponde ao processo de análise e apresentação das ideias discutidas pelos autores.

Lorrana Morelli Soares (2022), em sua dissertação “A centralidade da percepção na primeira infância e seu desenvolvimento por meio do ensino: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural” argumenta sobre o papel determinante do ensino para o desenvolvimento infantil, evidenciando que, em nosso país, ainda persistem alguns traços assistencialista e assistemáticos, que influencia diretamente nas práticas dentro das instituições. Segundo a autora (Soares, 2022, p. 27),

Percebemos, assim, que ainda hoje a maioria da população não reconhece o caráter educativo das creches, persistindo a visão de subalternidade. A falta de investimentos; a manutenção de estruturas precárias; a insistência por parte dos municípios em contratar profissionais leigos, em flagrante desrespeito à legislação em vigor; a desvalorização salarial e as excessivas jornadas de trabalho impostas aos profissionais que atuam nas creches brasileiras dificultam a construção e o reconhecimento de uma perspectiva educativa para essas instituições. Isso se reflete na percepção da população sobre esse serviço, que não sente segurança e confiança em matricular seus filhos e só o fazem quando não há opção, quase sempre sob um forte sentimento de culpa (Soares, 2022, p. 27).

A partir desta afirmativa, é possível perceber que para a autora a educação destinada à creche é associada a uma necessidade, mas não uma necessidade para com o desenvolvimento da criança, mas sim com a necessidade de deixá-la em algum lugar. Por mais que isso não seja debatido de maneira ampla, a sociedade, por um efeito de compreensões equivocadas, acaba associando a educação infantil com um processo de ensino menos importante, que não possui caráter educativo, mas sim assistencial.

Além disso, a autora também salienta a necessidade de avançarmos nas discussões sobre o ensino na educação infantil. Segundo ela, é preciso reforçar o quão importante é o papel intencional da educação formal, pois as atividades de vida, como as ações de autocuidado, higiene e alimentação e etc., também são adquiridas num processo de ensino. É por meio do contato com a cultura que desenvolvemos as nossas funções mais complexas e o acesso à cultura precisa ser diverso, uma vez que o ambiente familiar não é suficiente para tanto.

Para fundamentar ainda mais o presente trabalho, faço uso da dissertação de Garcia (2024), que tem como título a “A função social da creche na visão de famílias

do município de Inocência-MS”. Em sua dissertação a autora destaca que as ações ocorridas na creche são articuladas pelo cuidar e educar, mesmo as que são realizadas de maneira inconsciente, pois envolvem preparo e comprometimento.

Desse modo, afirma-se a necessidade de uma formação adequada, para que os profissionais tenham clareza da criança como centro do planejamento e uma intencionalidade que respeite os direitos e as necessidades das crianças, pois é isso que contribui para o desenvolvimento da função social. Para Garcia (2024, p. 39),

A importante característica da creche se dá no fato de que as crianças se encontram e se relacionam, interagem com objetos e situações, assimilam, rejeitam, transgridem, transformam e compartilham de vivências e experiências próprias da infância em espaço coletivo diverso.

Nesse aspecto, a educação infantil é concebida como um espaço educativo que promove o conhecimento sobre o mundo, objetivando a educação e integração das crianças à cultura humana. E para que isso seja possível, é preciso mais do que os conteúdos disciplinares ou as ações assistencialistas. Faz-se necessário uma articulação sistematizada da cultura, que por sua vez só é possível por meio da intencionalidade do ensino.

Durante a escrita a pesquisadora discorre sobre alguns direitos das crianças, dentre eles estão o contato com a natureza, o espaço para movimentar-se, o brincar, direito ao desenvolvimento da curiosidade, imaginação e expressão, direito ao desenvolvimento da identidade cultural, direito à higiene, saúde, lazer, alimentação sadia e entre outros. Dentre esses direitos, podemos perceber tanto aspectos do cuidar, quanto do educar, isso porque, atuar na educação infantil exige desenvolver a criança em sua integralidade, para que ela possa conhecer, aprender, ler, escrever, comer, cuidar-se, entender-se, comunicar-se, movimentar-se, ou seja, para que ela possa constituir-se como sujeito humanizado.

O texto que finaliza este Estado do Conhecimento é a tese “Na contramão das imposições: em busca da (re)significação da função docente e do papel da escola de educação infantil”, apresentado por Adelir Aparecida Marinho de Barros (2021), que tem por objetivo discutir sobre a função da educação infantil e do trabalho docente nessa modalidade de educação. Barros (2021) afirma que, por transformações históricas e sociais, a função social da educação infantil modificou-se e, normalmente, está atrelada a três diferentes concepções, a educação assistencialista, compensatória ou preparatória.

A educação infantil assistencialista como já assinalado anteriormente, é aquela que se desenvolve em torno das ações de cuidado. Esse cuidado é espontâneo e não planejado, referindo-se somente a garantia do bem estar da criança. Como já trazido antes, esse tipo de ensino torna a educação infantil impotente pelo olhar social, esvaziando-se de seus objetivos principais.

Já a educação compensatória, outra perspectiva equivocada para compreensão da função da educação infantil, está relacionada a uma visão da educação como espaço que promova a superação da carência sociocultural. Segundo a autora, esse tipo de proposta educativa tem o objetivo de compensar as carências da criança em razão do desfavorecimento econômico. Assim sendo, a escola passa a ter responsabilidade de solucionar a falta cultural causada pelas desigualdades sociais, novamente o desenvolvimento da criança não está no centro do processo educativo.

A outra concepção de educação infantil trazida pela autora é a preparatória, que vem ganhando cada vez mais força, pois representa uma função de subordinação da Educação infantil às outras etapas da Educação e, especialmente, ao Ensino Fundamental. Nesta perspectiva, a educação infantil tem como principal função preparar a criança para os próximos anos de formação, tendo um papel alfabetizador.

Se analisarmos de maneira crítica todas essas concepções, podemos dizer que todas retiram da educação infantil o que ela tem de mais importante, que é a sua função no desenvolvimento humano das crianças. Quando vista como assistencial, ela preocupa-se com o agora da criança, o momento presente e as necessidades imediatas, sem valorizar outros aspectos fundamentais do desenvolvimento infantil. Se contemplada pela compensação, a educação infantil preocupa-se com a reparação do passado, colocando as reais necessidades de desenvolvimento criança em segundo plano e as relações sociais em primeiro lugar. Já na visão preparatória a maior preocupação é com o futuro, o depois e, mais uma vez, não há sujeito, na verdade há somente um processo.

Ao fim de sua pesquisa, Barros (2021) destaca que é necessária uma ressignificação da função da escola de Educação Infantil. Não por acaso, os três referenciais destacados até aqui, trazem ao final a mesma defesa, evidenciado que para romper com as visões equivocadas do ensino para a primeira infância, é preciso repensar essa educação, e não somente pensar sobre ela, mas também discutir,

discorrer e propagar os estudos, para que sua compreensão seja ampliada, e sua função valorizada.

2.2 - ESTUDO DOCUMENTAL: A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA NO NOVO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPG

Refletir sobre educação infantil implica necessariamente pensar sobre aqueles aspectos que a constituem. As instituições de ensino são ambientes formais de educação, portanto são sistematizadas e planejadas, possuindo currículo e regulamento. Desse modo, seu funcionamento está intrinsecamente relacionado com a gestão, o que por sua vez, exige profissionais instruídos que conheçam esse espaço e o modo de agir nele.

Mello (2009, p. 11), debate sobre a necessidade de diferenciar a educação informal da educação formal. Acerca disso a autora salienta,

Como afirmam Martins e Arce (2007, p. 58), é necessário distinguir a educação informal - em que o ensino tem caráter assistemático e é orientado por ocorrências fortuitas e ocasionais - da educação formal - que requer "[...] ensino sistemático e transmissão planejada entre as gerações, do patrimônio cultural historicamente elaborado" (Mello, 2009, p. 11).

Portanto, o que se evidencia na afirmação acima é que existe uma educação espontânea, ou seja, a criança também se humaniza aprendendo de maneira informal. Porém, existe a educação pautada na intencionalidade e essa educação se difere da informal, pois não é espontânea, ela é planejada e possui finalidades e objetivos. Nesse sentido, a educação tem o papel de propiciar às crianças um ensino formal pautado na cultura complexa, sendo conduzido por profissionais capacitados e com base teórica, não só da cultura humana em si, mas também do conhecimento sobre o desenvolvimento da criança, fundamentada numa intencionalidade pedagógica.

Em síntese, pode-se dizer que mesmo que as escolas e CMEIs tenham um regulamento pré estabelecido, os gestores e professores os constroem na prática por meio de seus saberes pedagógicos. Esses saberes abrangem não só a prática, mas também a teoria, agindo de maneira transdisciplinar, para integrar esses dois campos em prol da formação de um profissional significativo. Para Santos (2011, p. 25),

A construção da identidade e da profissão docente é dinâmica e contextualizada, tendo em vista o movimento social e histórico, que envolve a vida e a carreira do professor nos espaços e tempos em que este se insere. Nesse sentido, os saberes docentes são continuamente elaborados,

vivenciados e ressignificados, incluindo-se os saberes oriundos da formação profissional.

Ou seja, para formar a identidade docente é preciso unir saberes referentes tanto à experiência dentro do espaço escolar, quanto aos conhecimentos docentes. Esses conhecimentos não se findam na formação inicial, sendo constituídos e apropriados ao longo de toda a vida acadêmica e profissional, por meio da formação continuada. Contudo, salienta-se que a formação inicial é o ponto de partida de todo esse processo, de modo que a partir dela vão se desenvolvendo as outras noções mais complexas sobre o campo científico.

Pautando essa perspectiva, ao pensar em quem é o professor ou o gestor, deve-se considerar qual formação esse profissional recebeu, visto que esse aspecto influencia pontualmente em seu exercício profissional. Assim, um dos objetivos dessa pesquisa é caracterizar as compreensões dos futuros pedagogos sobre a Educação Infantil. Para tanto, é preciso compreender quem são esses futuros profissionais e como as suas concepções estão sendo formadas, logo, é necessário entender o currículo que fundamenta a graduação e como a criança e a educação estão sendo conceituados dentro deste currículo. Desse modo, foi realizado um estudo documental voltado a compreender e aprofundar estes aspectos.

O curso de Pedagogia tem sua origem em 1939, com a organização da Faculdade Nacional de Filosofia, formando acadêmicos em nível de bacharelado, com atuação como técnico da educação e o nível de licenciado que, por sua vez, atuava como docente de magistério e nível médio (Lucindo *et al*, 2025).

Essa organização perdurou por muito tempo, até que em 15 de maio de 2006, foi publicado pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Definiram-se, a partir de então, os princípios, as condições de ensino-aprendizagem e os procedimentos para planejamento e avaliação da formação acadêmica do curso de pedagogia, deixando como protagonista a atuação docente. Portanto, a função do Curso de Pedagogia é entendida como a formação,

Para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Brasil, 2006).

Esse documento tem servido como base para a elaboração dos currículos para o curso de Pedagogia há muitos anos. Porém, organizar um currículo implica modificá-lo para que se adeque ao momento vivido. A respeito disso, Pereira (2010, p. 6) enfatiza que,

Adaptação curricular é o processo de ajustar epistemológica e ideologicamente o currículo existente, de forma a incorporar nele os novos conhecimentos e atributos cognitivos e sociais que se deseja para uma determinada sociedade.

Ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia ainda estejam em vigor, em 2015 foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. A normativa indicava a atualização dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas para a formação de docentes para atuarem na Educação Básica.

Com a divulgação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), mais uma vez, houve a indicação de novas diretrizes para a formação docente. A resolução 2/2019, trouxe uma visão da formação que gerou discussões no âmbito dos cursos de licenciaturas, ao associar a formação inicial e continuada à Base Nacional Comum Curricular.

As discussões e contrapontos gerados a essa resolução acabaram por pressionar o MEC a rediscutir essa normativa, dando origem à Resolução 4/2024, que passou a vigorar e indicar a reformulação dos cursos de licenciatura.

Deste modo, em vista das transformações sociais e culturais, assim como a ideologia política que sustenta a política de educação, tornam-se recorrentes as adaptações que modificam a maneira de estruturar o curso de licenciatura e, consequentemente, a ação profissional daqueles que nele se formam. Esse estudo vislumbra a formação acadêmica tendo como lócus a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que oferta o curso de pedagogia desde 1962. Desde então o curso vem sendo readequado e reestruturado, com objetivo geral de promover a formação para a docência, para a pesquisa para a gestão educacional (Masson; Mainardes, 2009, p. 185).

Para nós, é interessante refletir sobre o projeto pedagógico, que se aplica ao currículo dos acadêmicos do 2º ano de Pedagogia, os quais contribuíram nos procedimentos deste estudo. Este documento, publicado pela UEPG no ano de 2023,

formaliza o novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da instituição. Este Currículo foi organizado em atenção à Resolução 2/2019, mas tendo como principal referência as Diretrizes para o Curso de Pedagogia (Brasil, 2006). Em linhas gerais nele são organizados os aspectos orientadores do curso, pontuando também o perfil profissional que está em formação. Quanto a isso destaca-se que, “o perfil que se espera ao final do curso é de profissionais que atuem de forma crítica e responsável, comprometidas e comprometidos com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada” (UEPG, 2023, p. 18).

Para alcançar esse propósito, também são abordados no projeto os campos científicos, as linhas de pesquisa, as teorias e referências que apoiam o processo formativo. Dentro dessas referências, para além de revelar-se qual profissional está sendo formado, também fica em evidência as perspectivas epistemológicas que fundamentam o olhar crítico para com a educação em todas as esferas.

Uma dessas esferas, que contribui muito com esta pesquisa, é a educação da criança pequena no novo currículo do Curso de Pedagogia da UEPG. A educação infantil foi contemplada de maneira significativa, ganhando um espaço maior no novo currículo. Com relação ao currículo aplicado aos anos anteriores, ocorreram algumas alterações consideráveis no que se refere à educação infantil.

De modo geral, todas as disciplinas que compõem os 4 anos do curso são base para pensar sobre a criança pequena. Algumas destas já faziam parte das grades anteriores, como a Psicologia da Educação, a Ludicidade, Corpo em Movimento e Arte e o Estágio Supervisionado em Docência na educação infantil. Porém, nessa nova estrutura foram acrescentadas outras disciplinas que apoiam a prática pedagógica voltada às crianças pequenas, como a disciplina de Organização da prática pedagógica na Educação Infantil.

A mudança mais notável foi a reorganização do estágio supervisionado, que antes abrangia em um ano toda a educação infantil e agora é segmentado na creche e na pré-escola. Na nova grade curricular, os acadêmicos iniciam o estágio no 2º ano do curso na disciplina de “Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil-Creche”, dando continuidade no 3º ano no “Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Infantil-Pré-Escola”, isso também se aplicou no estágio do ensino fundamental, dividindo-o entre 1º e 2º ciclo.

Essa modificação é importante pois evidencia que mesmo dentro das etapas de educação existem diferenças que precisam ser observadas cuidadosamente. A

educação dos bebês é diferente da educação das crianças bem pequenas, como também se diferencia da educação das crianças pequenas. Cada período de desenvolvimento possui suas peculiaridades e conhecer o máximo possível dessas peculiaridades é fundamental para a formação docente.

Outro aspecto salientado pelo Projeto pedagógico do curso são as ementas e bibliografia básica, em que são citadas as referências que alicerçam a ação pedagógica. Por meio desses referenciais é possível perceber quais caminhos teóricos o curso segue. Levando em conta o objetivo de conhecer como a educação da criança pequena vem sendo desenvolvida nessa nova estrutura da Pedagogia na UEPG, foram analisadas algumas obras que compõem essa bibliografia básica.

Nessa pesquisa, foi possível identificar uma postura crítica, pautada no desejo de pensar a educação como um campo de ação e reflexão, como salienta Campos (2012, p. 11-20), em seu capítulo sobre a infância como construção social, texto utilizado no referencial do curso de pedagogia da UEPG. Ainda nesta obra, a autora assevera que “é preciso considerar a face social do sujeito criança e não apenas sua face de indivíduo considerado isoladamente” (Campos, 2012, p. 14). Essa afirmativa evidencia a criança como sujeito social e histórico, desse modo, a formação dentro da universidade objetiva fomentar o respeito para a criança como cidadão.

Outra referência importante encontrada no projeto foi a obra “Educação infantil: pra que te quero?” de Craidy e Kaercher (2009), onde se discute as nuances da educação infantil. Segundo as autoras,

A criança não cria a partir do nada, mas de significados que fazem parte da linguagem e do patrimônio cultural do seu grupo. Portanto, estes significados, ao mesmo tempo em que são transmitidos e ativamente incorporados por ela, também a constituem e conformam de uma determinada maneira (Craidy; Kaercher, 2009, p. 18).

Nesse sentido, a educação da criança pequena deve estar diretamente ligada à cultura humana, sendo que os processos educativos devem almejar transmitir essa cultura permitindo que a criança a explore e modifique. É possível notar uma preocupação em conceber a educação como uma ferramenta de humanização, que exerce papel fundamental no processo de constituição do sujeito. Se a educação tem um papel tão decisivo na formação do sujeito, faz-se mais necessário entender o que leva a educação a ter esse papel tão importante.

Nessa perspectiva, a grade curricular do curso de Pedagogia da UEPG também teoriza sobre o currículo da educação infantil. Afinal, o currículo materializa e torna

visível toda a organização que se espera da educação. Além de debater sobre como o projeto está sendo organizado, é preciso também pensar quais linhas teóricas o têm fundamentado.

Em relação a isto, a Universidade preza por um ensino que não transmita tendências teóricas no objetivo de que o aluno as siga. Em uma entrevista sobre a gestão democrática, o estudioso Vitor Paro (2015) enfatiza que o processo de educar é realizado pelo sujeito, ou seja, o sujeito é quem se educa, a partir dos recursos que o ensino lhe proporciona. O mesmo ocorre na formação superior, em que todas as teorias são trabalhadas, para que o acadêmico se perceba no processo e faça uso desses conhecimentos em sua prática, construindo sua identidade profissional.

A atualização mais recente da formação docente foi detalhada pelo Conselho Nacional de Educação, na resolução Nº 4 de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Os novos conceitos trazidos na resolução devem ser introduzidos nos cursos de graduação em pedagogia. Esse fato deixa em evidência o caráter dinâmico do currículo, que em razão das mudanças está sempre em movimento.

O curso de pedagogia da UEPG, já não é o mesmo dos últimos anos, assim como não será o mesmo pelos próximos, isso por que o currículo é vivo. A formação inicial influencia em como os acadêmicos pensam sobre a educação e a criança, mas esses conceitos são formados em conjunto e ao longo da vida profissional. Desse modo, conclui-se que a formação é plural, cada profissional constitui-se de um jeito único, mesmo que as bases sejam as mesmas.

2.3 – QUESTIONÁRIO: LÓCUS E PARTICIPANTES DA PESQUISA.

Para compor a pesquisa foi realizada a produção de dados por meio de questionário, visando identificar as concepções dos estudantes do curso de Pedagogia sobre a função social da Educação Infantil.

O Questionário foi divulgado nas turmas de segundo ano no dia 4 de agosto de 2025 e recebeu respostas até o dia 6 de agosto de 2025. Participaram respondendo o questionário, 12 acadêmicos das turmas do período noturno.²

² A divulgação do questionário se deu em um espaço de 3 dias, tendo em vista que foi divulgado de maneira presencial abrangendo acadêmicos das três turmas do período noturno.

Os participantes da pesquisa são acadêmicos do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), matriculados no segundo ano da graduação em 2025. A turma de segundo ano foi selecionada por já terem cursado as disciplinas de 1º ano e realizarem a primeira experiência de estágio curricular na creche no 2º ano do curso. Em relação a faixa etária, foi possível conhecer distintas perspectivas geracionais, de acordo com as idades do participantes descritas no quadro a seguir, que por questão de anonimato foram identificados como.

QUADRO 4: Faixa etária dos participantes.

PARTICIPANTE	IDADE
P1	22
P2	40
P3	22
P4	21
P5	42
P6	19
P7	29
P8	21
P9	37
P10	18
P11	20
P12	19

Destes participantes, 10 são mulheres e apenas dois são homens, o que revela um protagonismo do gênero feminino, no que se refere ao interesse em cursar Pedagogia. Neste contexto, Daquino e Tortato (2024, p. 247) compreendem que,

A história do curso de pedagogia se entrelaça com a história das mulheres. Conclui-se que essa profissão foi representada como semelhante ao trabalho no lar, e especialmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental como uma profissão feminina.

Essa realidade é evidenciada pelos dados que revelam uma diferença considerável quanto a quantidade de mulheres que decidem seguir a carreira na pedagogia, em relação aos homens, que normalmente são poucos nessa área de atuação. Dos 12 integrantes da pesquisa, 8 trabalham como auxiliares de inclusão, uma é estagiária de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, um é monitor de alunos, um é estagiário em CMEI e apenas um, no momento de aplicação do questionário, encontrava-se sem ocupação profissional.

O curso de Pedagogia é uma área que possibilita o ingresso na carreira profissional desde o primeiro ano de graduação, por meio dos estágios não obrigatórios. Essa realidade é um importante benefício para a maioria dos estudantes

que fazem parte da classe trabalhadora, já que eles podem ganhar experiência e renda em uma área diretamente ligada à sua formação.

Em relação a isso, Demschinski e Flach (2022, p. 192), salientam que “o estágio não obrigatório é uma oportunidade de permanência no ensino superior [...] e aproxima as licenciandas à sua futura área de formação”. Assim, além do benefício financeiro, o estágio não obrigatório é também uma porta de entrada para a área profissional, que traz benefícios tanto para a formação acadêmica em andamento, como também auxilia na construção dos saberes e da identidade docente.

Acrescenta-se que outro fator que influencia fortemente a formação dos acadêmicos do curso de pedagogia é o contato com as crianças, que não é um pré-requisito, mas potencializa significativamente a aprendizagem e compreensão das teorias estudadas. Portanto, um dos questionamentos realizados na pesquisa foi voltado a entender quantos dos participantes já tiveram alguma experiência com a educação infantil e/ou com crianças de 0 a 5 anos.

Todos os participantes declararam ter alguma vivência com crianças de 0 a 5 anos, sendo que desses, um participante relatou que o contato ocorreu apenas nas de observações e estágios obrigatórios. Isso evidencia como é importante estabelecer contato direto com as crianças. Ao ter as crianças como referência próxima, o estudo sobre elas se torna menos abstrato.

Nesse aspecto, os estágios obrigatórios se destacam como etapa formativa que concilia a relação entre a teoria e a prática em uma perspectiva de pesquisa. A partir deles, os acadêmicos que ainda não possuem nenhum tipo de proximidade com crianças, conseguem não somente conhecê-las, como também problematizar a educação, em vistas de adquirir e produzir novos conhecimentos. Para Lucena Lima (2008, p. 203), “a observação do contexto e a investigação do cotidiano escolar abre um leque de outras questões de investigação/intervenção que podem se constituir como aprendizagem da profissão docente”. Ou seja, na medida em que o estudante observa a realidade, adquire fundamentos para ir além dos conhecimentos que já tem, desenvolvendo seu modo de pensar e agir.

Para além de entender a criança em âmbito geral, destacamos o potencial de compreender os bebês, as crianças bem pequenas e crianças pequenas. Visto que essa fase da vida é fundamental no desenvolvimento humano, logo, para entender a criança mais velha, o adolescente, o jovem, o adulto e o idoso é preciso entender primeiro que criança o sujeito foi e como ele chegou a ser o que é.

Estudar sobre crianças e observá-las de maneira analítica, proporcionam uma capacidade de enxergar o mundo nela, percebendo as marcas sociais e culturais que a constituem como sujeito. Isso se torna maior, quando refletimos que não se estuda a criança para o agora, mas sim em um plano de longo prazo. Assim, se todos entendêssemos um pouco mais sobre a primeira infância, entenderíamos mais sobre o ser humano, não só como indivíduo, mas também como sujeito histórico.

Para a profissão de pedagogo em especial, é indispensável contemplar a compreensão sobre a criança, fazendo uma análise que considera o início da vida. Somos todos uma construção e muito do que carregamos conosco nos é ensinado logo em nossas primeiras vivências e, para ser um bom pedagogo, é saber disso. Dá-se aí a importância de estudar sobre a educação infantil, tomando como base as perspectivas daqueles que a constituíram, pois o acadêmico de agora é aquele que irá ser parte da formação da criança do presente e do futuro.

O questionário foi realizado na plataforma *Google Forms*, sendo composto por 16 questões que contemplam o perfil do participante, as compreensões acerca da educação infantil, sobre a formação inicial e a autorização da utilização de seus dados na pesquisa. Obtivemos a participação de 12 acadêmicos, todos esses permitiram o uso de suas respostas de acordo com o termo de consentimento livre e esclarecido fornecido pela autora. A análise e reflexão das respostas está organizada no tópico 3.4 do capítulo 3.

A metodologia utilizada contribuiu para a construção de um conhecimento sobre a função da Educação Infantil. Tendo em vista que o processo educativo é feito por pessoas, não faria sentido compreendê-lo somente a partir dos documentos, pois na prática existem muitas perspectivas que não são descritas teoricamente, ou que são definidas de maneira diferente na realidade.

Prodanov e Freitas (2013, p. 70), tratando sobre a pesquisa qualitativa, indicam que ela, “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Tomar como ponto de partida as perspectivas da realidade, auxilia a materializar os conceitos teóricos, dando-se aí a contribuição dessa metodologia na construção da pesquisa. No próximo capítulo, estão descritas as perspectivas teóricas encontradas sobre a educação infantil e sua função no desenvolvimento da criança.

O processo desenvolvido no estudo, por meio das escolhas metodológicas indica que foi possível responder ao propósito e objetivos da pesquisa ao pressupor o contato com os acadêmicos para identificar as compreensões que possuem a respeito da função da Educação Infantil.

CAPÍTULO 3: A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS CRIANÇAS.

Ao falar em educação infantil é necessário, antes de mais nada, destacar quem são os sujeitos que dela fazem parte e como são percebidos na sociedade. Para tanto, é preciso realizar uma linha do tempo, que destaca o processo histórico de formação do conceito de criança e de primeira infância. Sabe-se que ao longo da história as crianças eram compreendidas de distintas formas e essas maneiras diferentes de perceber a criança geram influências em como elas serão educadas em função da sociedade.

Pacheco (2022), no artigo “A educação infantil e sua importância no desenvolvimento e a aprendizagem da criança”, faz em suas primeiras páginas uma recapitulação histórica de como eram e para que serviam as creches, logo que surge a ideia de um espaço educativo para crianças pequenas. Segundo a autora,

A entrada da mulher no mercado de trabalho fez surgirem as primeiras creches no país. Elas assumiram caráter filantrópico até a década de 1920 quando se iniciou um movimento pela democratização do ensino. A partir desse movimento a criança passou a ser considerada também como ser social (Pacheco, 2022, p. 4).

Desse modo, as creches eram espaços de cuidado, não havendo expectativa educativa em sua organização. Essa compreensão, apesar de ser uma concepção antiga de educação infantil, ainda exerce influência em como a sociedade enxerga essa etapa de formação básica, tendo em vista que, para muitos, ela é espaço físico de cuidado e não espaço de formação integral humana. Mas essa visão assistencialista de educação infantil não surge no Brasil e, também, não apareceu de repente, ela foi aos poucos sendo construída e propagada na sociedade.

Em vista disso, este capítulo tem por objetivo apresentar um breve estudo sobre a compreensão a respeito da criança e da infância ao longo do tempo, visando conhecer os processos histórico-sociais que auxiliaram na construção das

concepções atuais. Além disso, são analisadas nesse capítulo como se deu a constituição da educação da criança pequena no Brasil e a Educação Infantil como um processo fundamental no desenvolvimento humano das crianças.

Também são traçadas as compreensões de acadêmicos do Curso de Pedagogia da UEPG. Para que seja possível perceber e conceituar a educação infantil como fundamental no desenvolvimento humano das crianças, salientando que ela é carregada de intencionalidades e responsabilidades para a formação humana e integral dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, entende-se que ela está diretamente relacionada à prática e saberes docentes.

Os dados estão apresentados em dois subtópicos, um deles reflete sobre as compreensões dos acadêmicos acerca da educação infantil e o outro sobre a formação inicial. A demonstração das respostas está organizada em quadros, atendendo a critérios de articulação teórico-metodológica, convergência temática com a questão norteadora, na riqueza descritiva e no potencial em oferecer conteúdo significativo para o aprofundamento e problematização na análise.

3.1 A CRIANÇA E A INFÂNCIA AO LONGO DO TEMPO

Sabemos que conforme o tempo muda, com ele a visão que se estabelece sobre a criança também se modifica. A criança é, assim, considerada a partir de um período histórico, social e cultural, que determina que espaço ela ocupa em um contexto e configuração coletiva.

Philippe Ariès (1986), em seus escritos a respeito da história social da criança, disserta sobre a criança do período medieval, com uma visão eurocêntrica do mundo. O autor argumenta que não existia um conceito de infância, existiam os adultos em miniatura, esse fato evidencia a maneira como a sociedade da época organizava-se. Naquele momento a preocupação era com a história dos adultos, sendo as crianças entendidas como “adultos em miniatura”, criaturas menores e irrelevantes. Heywood (2004), em crítica a esse pensamento, reverbera que é errado dizer que a criança e a infância não existiam na idade média, a realidade é que elas eram percebidas e definidas de outro modo, sendo concebidas de maneira desestruturada e imprecisa, justamente por serem vistas como uma parte desimportante para aquela organização social (Heywood, 2004, p. 29).

Tomando como ponto de partida essa percepção, podemos dizer que a forma como a sociedade se organiza transforma não só a dinâmica social, mas também os sujeitos que nela atuam. Desse modo, a criança acaba assumindo um papel perante esta composição cultural.

Após a era medieval, a criança ocidental ganha um novo espaço social, ao ser reconhecida no âmbito da família e da escola. O iluminismo abre a possibilidade de pensar um mundo com outra configuração, o que permite um novo saber sobre a infância. Desta época, destaca-se o filósofo Jean-Jacques Rousseau, que foi um dos precursores da ideia que considerava a criança em suas particularidades. Sobre a infância Rousseau (1712-1778), em sua obra “Emílio; ou, Da Educação”, traduzida por Sérgio Milliet (1995), afirma que,

Não se conhece a infância: com as falsas ideias que dela temos, quanto mais longe vamos mais nos extraviamos. Os mais sábios apegam-se ao que importa que saibam os homens, sem considerar que as crianças se acham em estado de aprender (Rousseau, 1995, p. 2).

Portanto, é possível notar uma crítica acerca de como aquela sociedade desvalorizava a criança. Quando tomamos o adulto como referência, acabamos por projetar nas crianças uma expectativa de reflexo dos adultos, como se ela precisasse copiar e agir por meio da cultura adulta para ser reconhecida. Quando reflete sobre isso, Rousseau levanta um forte argumento que evidencia a habilidade de aprendizagem da criança, que poderia ser mobilizada para uma produção de nova cultura, mas que geralmente é podada por essas falsas ideias que o autor destaca.

É válido ressaltar que Rousseau destaca “como apego dos sábios”, a necessidade de propagar o que é interessante que os adultos saibam. É possível interpretar que mesmo os pesquisadores da época, e provavelmente os de hoje também, transmitem e debatem sobre uma infância pautada no que é preciso que o adulto saiba para interagir com a criança. Logo, essas definições provêm do mundo adulto e servem para os adultos, não valorizando o saber da infância a partir e pela criança. Por conseguinte, quanto mais afastam-se da criança, mais se distanciam do real significado da infância.

Embora a criança tenha sido considerada nesse período, logo após, sua compreensão sofre uma nova intervenção social. A revolução industrial se propaga pelo mundo, trazendo uma significativa mudança na visão idealizada da infância. A

perspectiva capitalista causa a produção em massa e a divisão social que já existia, torna-se mais visível e discrepante, gerando a reorganização da atividade social.

Se o mundo passa a ser percebido por dois diferentes lados, burguesia e proletariado, evidentemente a infância também será vista por um destes dois pontos. A criança, nesse momento, passa a ser formada em favor desse novo mundo, que carregava os interesses do mundo adulto, estabelecendo como os sujeitos deveriam agir de acordo com suas classes sociais.

As crianças burguesas apesar de possuírem melhores condições de vida, não eram completamente consideradas visto que eram ensinadas para um dia ocuparem o lugar de seus pais, para a manutenção do sistema. Já as crianças proletárias, eram ainda menos reconhecidas, sendo muito provavelmente localizadas nas fábricas e minas trabalhando, para manter o mundo como estava (Hermida, 2021).

Desse modo, a partir da revolução industrial, as crianças passaram a ser engrenagens na máquina de produção, sem direitos ou negligenciadas em suas necessidades, sendo importantes exclusivamente para que a sociedade continuasse a ser o que era. Mas e as crianças pequenas que não conseguiam trabalhar? Bom, essas passaram a ser recebidas em ambiente de cuidado e acolhimento. Acerca disto, Soares (2022, p. 23), salienta que,

O século XIX, sobretudo a partir das transformações produzidas pela Revolução Industrial, é considerado o período de transição do modelo social em que os cuidados e a educação das crianças pequenas eram feitos exclusivamente no ambiente doméstico para novos modelos produzidos em ambientes de guarda e acolhimento, tendo como causa principal a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho. Com as famílias na indústria e somado a altos índices de desnutrição, mortalidade infantil e acidentes domésticos, levaram alguns setores da sociedade a pensar espaços para o cuidado das crianças pequenas.

As crianças que ainda eram muito pequenas, para se inserir no mundo do trabalho, frequentavam espaços específicos, que tinham como principal objetivo o cuidado, garantindo que suas necessidades básicas fossem atendidas. No Brasil, a origem da ideia de criança e infância como conhecemos hoje, está diretamente ligada com as transformações históricas que se estabeleceram durante o surgimento da educação voltada para as crianças de 0 a 6 anos.

Com o fortalecimento da revolução industrial e a inserção da mulher no trabalho, algumas fábricas, para manter a eficiência do trabalho, passaram a disponibilizar ambientes para que os filhos de suas funcionárias pudessem ficar. Daí se inicia a popularização da visão assistencialista, visto que esses ambientes tinham

preocupação apenas com o cuidado. No desenvolver desse caminho, surgem as creches, que em um dado momento tornam-se um compromisso das autoridades federativas (Costa *et al.*, 2016).

Com o tempo, influenciada pelos movimentos que levaram a homologação da constituição de 1988, a infância passou a ser considerada um direito em nosso país. De acordo com o artigo 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

Em vista disso, a infância foi elevada a um patamar de proteção essencial. A criança adquiriu um espaço em meio às políticas e movimentos da sociedade, sendo mencionada em documentos oficiais. Um dos mais importantes para a história da criança em nosso país, foi e continua sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Publicada em 13 de julho de 1990 a Lei nº 8.069, dispõem que,

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990, art. 3º).

Portanto, o ECA vem sustentando a construção de uma infância com direitos e a compreensão de criança concebida como pessoa humana. Essa visão segue na direção da garantia da vida, da educação, do cuidado e de todos os outros direitos essenciais para o seu desenvolvimento pleno, trazendo também importante mudança no sistema industrial, tornando o trabalho infantil proibido por lei. Porém, essas políticas públicas e leis decorrem de vários fatores, de lutas e estudos de cada época, que por sua vez, foram base para a construção de novos estudos, que definem quem é a criança de hoje.

Tendo claro o conhecimento de que a infância é um direito e período fundamental para a formação integral e que a criança possui direitos, podemos definir que em teoria a criança é entendida não apenas como produto social, mas também como produtora da cultura. Ou seja, ela é fruto de toda essa construção histórica, mas também, produz sua própria cultura, sendo, desse modo, sujeito atuante na construção de si e da sociedade.

Quando salientamos essa definição, revela-se que essa perspectiva, por vezes, não é assegurada na prática. Ocorre que geralmente a cultura da infância não é determinada pelas próprias crianças, mas sim pela maneira como o mundo adulto a define, o que torna complexo entender se a criança de fato está sendo considerada em sua totalidade (Pereira, 2013).

Deixamos aqui uma reflexão: será que a criança e a infância da atualidade são concebidas e definidas a partir de si mesmas, ou apenas correspondem aos anseios do mundo adulto? A resposta é complexa, mas em suma vale pensar que a criança é sim, parte da estrutura social, fruto da visão dos adultos e dos períodos da história, pois ela é ser humano histórico, social e cultural. Porém, como salientado anteriormente, ela também é produtora desta realidade, basta identificar se essa produção tem a relevância que merece, tendo em vista que se conhece a criança através dela própria.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA NO BRASIL

Até o momento este estudo dedicou-se a entender como se desenvolvem as noções de criança e infância no decorrer da história. Convém enfatizar que, a partir da Constituição Federal – CF (Brasil, 1988), outro direito foi legislado, a educação converte-se em “direito de todos e dever do estado e da família” (Brasil, 1988, Art. 205).

Apesar desse documento representar um grande marco para a educação no âmbito geral, a educação infantil ainda não tinha uma função muito bem definida, pois era designada apenas como uma instituição de atendimento para a sociedade, sendo esse um reflexo da construção histórica do processo industrial. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996), define a educação destinada às crianças de 0 a 6 anos como primeira etapa da educação básica, o que põem em andamento importantes mudanças na forma como o ensino era organizado. É válido destacar que em 2006 houve uma readequação na faixa etária da educação infantil. Em função da implementação do ensino fundamental de 9 anos, a educação infantil passa a atender crianças de 0 a 5.

Antes dessa conjuntura a educação tinha uma estrutura dualista, que apresentava duas formas diferentes de educar as crianças, tendo como principal motivação o índice econômico das famílias. As creches eram reservadas às classes

baixas, mantendo a visão assistencialista em ascensão. Pacheco e Dupret (2004), baseados no trabalho de Oliveira, Mello, Vitória e Rossette-Ferreira, asseveram que a preocupação das creches era voltada para o cuidado com a higiene, alimentação e segurança física das crianças das classes trabalhadoras. Desse modo, educar para o desenvolvimento da criança não era algo valorizado nesse ambiente. Mesmo que esta seja uma realidade vivenciada no passado, segue exercendo influência até o tempo presente. Visto que muitas pessoas ainda associam a palavra creche a apenas um espaço de cuidado.

Simultâneo a essa organização, existiam os jardins de infância que eram as instituições, em sua maioria privadas, frequentadas pela população economicamente favorecida. Nesses espaços, o objetivo principal era a educação com um viés preparatório de aptidões para o processo de escolarização.

Kishimoto (1986, p. 50-51), em sua obra intitulada “A Pré-escola em São Paulo - das origens a 1940”, desenvolve seu pensamento tomando por base as definições de Fröebel, que comparava o desenvolvimento da criança com o desenvolvimento das plantas, em que as professoras seriam jardineiras, que cultivavam nas crianças o bem e o conhecimento. Assim, para a autora, para que a criança florescesse era necessário proporcionar a evolução das capacidades intelectuais, emocionais, físicas, sociais e morais, por meio do brincar.

A respeito disso, Guimarães (2017, p. 94) reflete que a preocupação dos jardins de infância era com a formação integral, a transição da família para a escola e uma pedagogia voltada para a brincadeira. Salientando que, “por isso, não competiria ao Estado financiar um local de brincadeiras para a infância rica, o que explica que inicialmente os jardins de infância eram considerados por diversos educadores e políticos um luxo” (Guimarães, 2017, p. 94).

Consequentemente, a perspectiva dualista torna-se mais notável, tendo em vista que para o governo não era viável implementar um ensino como o do jardim de infância nas creches. Enquanto para os jardins de infância não se dava o devido valor, por serem entendidos como um privilégio designados a quem queria e tinha capital econômico para matricular seus filhos.

No final do século XX, a partir da Constituição Federal, ao ser considerada etapa da educação básica, a educação infantil ganha um novo espaço social, enquanto instituição educativa, abrindo oportunidade para a implementação de uma estrutura que garanta sua expansão. Um exemplo disso são as políticas públicas de

financiamento que as instituições de Educação Infantil passaram a ter como fonte de manutenção. Para sua implementação no âmbito do sistema educativo, e que se constitui como um marco para esta etapa da Educação Básica, o Referencial Curricular Nacional para a educação infantil (RCNEI), publicado em 1998, teve por objetivo dar subsídios teóricos para as ações pedagógicas visando a qualidade do ensino e a formação para a cidadania.

O documento, ao longo de suas páginas evidência diversos pontos importantíssimos para a compreensão da educação infantil. Dentre esses, destaca-se a articulação entre o cuidar e o educar, sendo esse um forte argumento que representa uma ruptura na configuração da educação dualista descrita nos parágrafos anteriores. A partir desse referencial fica definido que,

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (Brasil, 1998, p. 23).

Diante do exposto, educar, por lei, é um ato que une de maneira sistematizada e fundamentada, todos os aspectos elementares na formação humana, processo que impulsiona os estudos sobre a educação na primeira infância. No ano de 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil são publicadas atendendo a Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009. Apesar de existirem versões anteriores, é por meio dessas diretrizes que determina-se que a proposta pedagógica deve estar em contraste com três princípios, os éticos, políticos e estéticos. Os princípios éticos estão vinculados à autonomia, responsabilidade, respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Já em relação aos princípios políticos se destacam as ações de respeito à cidadania, exercício da criticidade e o respeito à ordem democrática. Os estéticos são encontrados na sensibilidade, criatividade, ludicidade e liberdade de expressão.

Assim, esses preceitos reforçam a função sociopolítica e pedagógica da educação infantil, de modo que evidenciam seu papel na garantia de uma educação de qualidade para a criança. Magalhães (2023, p. 10) compreende que a função sociopolítica da educação “deve contribuir para a humanização, socialização e emancipação dos sujeitos em sentido geral e estrito”. Posto isso, para que se cumpra essa sociopolítica, deve se estruturar uma prática que siga os objetivos de oferta de

condições e recursos para o exercício dos direitos civis, humanos e sociais; o cuidar e o educar; promoção de convivência; ampliação de saberes e a construção de novas formas de sociabilidade e de subjetividade.

Mais adiante, em 2013, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica estabelecem, no decorrer de suas páginas, os conceitos acerca da criança, da educação e do currículo. Referente a função da educação infantil é registrado que,

A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I), com responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada (Brasil, 2013, p. 85).

Essa definição acentua o aspecto da educação em longo prazo, deixando visível que educar o sujeito é, também, transformar a sociedade, sobretudo a criança pequena, visto que ela, para além de ser o presente, representa um pouco do futuro. É fundamental ir além e analisar que para o sujeito criança, a educação tem um peso maior, sendo que ela levará consigo uma bagagem das coisas que a moldaram na infância.

Como foi possível identificar, o panorama histórico da educação infantil no Brasil é composto por múltiplas interferências e definições. Não é apenas uma lei ou um referencial que a regulamente, cada uma das interpretações, teorias e legislações simboliza uma mudança na educação da criança pequena, seja contribuindo na sua construção, ou até revelando suas fragilidades para que seja possível superá-las. Contudo, ainda são necessários muitos avanços teóricos e práticos, para que a educação da criança pequena no país finalmente se fortifique. Entender esse contexto é crucial na reflexão sobre a criança, a infância e a educação, pois é nesse processo que se trilha um caminho para ultrapassar as barreiras sociais, políticas e culturais que cercam a educação infantil.

2.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FUNDAMENTAL NO DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS CRIANÇAS.

O valor e a importância das coisas normalmente são associados à sua funcionalidade, de modo que quanto mais ampla é sua função, maior a sua valorização. Embora isso seja uma ideia bem estruturada, é preciso compreender que

função pode ser um conceito relativo. Isso ocorre porque a função de algo está associada a uma atividade, atribuição, dever, encargo, utilidade ou responsabilidade. Tais associações, por sua vez, dependem intrinsecamente do modo como os indivíduos e a sociedade em geral interpretam, conceituam e caracterizam o objeto, sujeito ou instituição em questão.

Em relação à educação, essa premissa não seria diferente, logo, a forma como se compreende a sua funcionalidade, vem da compreensão que se tem sobre a educação. Acerca disso, Caffagni (2024, p.2) enfatiza que “a busca por uma definição da função social da escola requer reflexão sobre a conjuntura onde se constrói o sentido desta instituição e dos sentidos de pessoa, sociedade e mundo a que se refere àquilo que denominamos função social”.

Tendo isso como base, buscando uma definição nacional para educação, destacamos o Art. 2 da LDB, que dispõe que a educação é um dever da família e do Estado e “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Considerando o exposto, encontramos 3 finalidades fundamentais da educação do país. A primeira, reafirma o desenvolvimento pleno do sujeito, cujo eixo prioriza a formação da criança por completo, almejando desenvolvê-lo em suas capacidades intelectuais, sociais, éticas, emocionais e físicas.

A segunda finalidade é o preparo para o exercício de cidadania, importante função, visto que essa preparação é a consolidação do sujeito em um processo social e político. Já o terceiro eixo, está associado ao contexto capitalista da sociedade, o trabalho é uma atividade essencial para a subsistência e também se constitui como um status social, logo a preparação para o mercado de trabalho também está intrínseca à função da educação.

Nesse tópico, nos propomos a discutir a educação infantil como fundamental no desenvolvimento humano das crianças, a função analisada articula essas três distintas finalidades. Ou seja, formar o sujeito não é o desenvolvimento de um só aspecto, mas sim do conjunto de fatores que o humanizam, sendo esses as capacidades intelectuais, sociais, éticas, emocionais, físicas, políticas e cidadãs. Assim,

Educar transcende o modo conteudista e desprovido de significado, para, além disso, o ofício de educar deve entrelaçar saberes, habilidades e competências no intuito de oferecer à criança uma condição ética de estar no mundo e fazer parte dele (Anjos e Bispo, 2021, p. 11).

Nesse fragmento evidencia-se exatamente a função social que a educação infantil possui no processo de formação dos indivíduos enquanto ser social-histórico. Mostrando que no espaço da formação infantil o desenvolvimento vai muito além da visão conteudista, pois esta ensina primordialmente a ser gente. Ou seja, nela se ensina a fazer e ser parte do mundo, apropriar-se da cultura, que possui não somente os conteúdos disciplinares, como também uma gama de conceitos que formam o ser em sua totalidade.

Ao educar a criança pequena forma-se um cidadão, indivíduo subjetivo, ser social, ser humano e dentre outras definições que se encaixem no desenvolvimento de cada pessoa, que está por se inserir em um mundo pré-estabelecido e se encontra num processo de apropriação cultural, integral e humana.

Citar a cultura ao refletir sobre a educação infantil é indispensável, levando em conta que a criança é caracterizada como capaz de estabelecer relações e apropriar-se da cultura do mundo por meio das interações com seres humanos e objetos, que por sua vez são parte da cultura humana (Mello, 2009). Somos provocados a pensar sobre essa cultura, que é, nesse sentido, a fonte de conhecimento e descoberta a qual as crianças pequenas devem ter contato para que se humanizem, visto que essa cultura é nada mais que a expressão das distintas características que tornam o ser humano como de fato humano.

Portanto, a função social da educação infantil se concretiza na relação da criança com o outro, com o mundo, com a história, com os objetos e todos os demais elementos constituintes da cultura. Esse caminho, entretanto, não é posto utopicamente, na realidade é errôneo pensar esse processo de aprendizagem da cultura como suficiente para a formação humana, é nesse sentido em que se estabelece a função da educação. Para além de aprender sobre sua própria cultura, a criança deve ser capaz de estabelecer conexões que permitam a transformação daquilo que por ele foi aprendido, é preciso que ela internalize em si o que existe e externalize o que por ela pode ser acrescentado no mundo.

Essa pode ser uma tarefa complexa para a criança pequena, porém é justamente nos primeiros anos de vida que a criança tem a oportunidade de enxergar algo velho como novo. Nós adultos naturalizamos as coisas, por que em nós as noções básicas já foram estabelecidas, isso cria uma espécie de barreira que por vezes diminui nossa capacidade de criar novas culturas, estamos constantemente reproduzindo e relembrando, a criança não. Contudo não almejo reproduzir nesta fala

um discurso de que a criança é vazia, até por que essa perspectiva considera que a criança apenas enche-se do que falta nela, e isso não é o que vem sendo definido até aqui. A criança pequena não é um ser vazio, tão pouco é alguém que não sabe nada. Ela é, na verdade, um sujeito cheio de potencial para saber e aprender, impressionando-se com o extraordinário na mesma intensidade em que se impressiona com o cotidiano. Para Craidy e Kaercher (2009, p. 20),

A experiência que a criança vive na escola infantil é muito mais completa e complexa. Nela a criança desenvolve modos de pensar, [...] neste período se torna cada vez mais capaz do domínio das operações com o próprio corpo, um sujeito que faz coisas, que desenvolve habilidades, destrezas, que se expressa de variadas formas, que se manifesta como um ser ativo e criativo. Todas as ações, formas de expressão, de manifestação do gosto, da sensibilidade infantil são marcadas pelo que é vivido e aprendido nas creches e pré-escolas (mas também fora delas). Tudo isso constitui conhecimento escolar, na educação infantil. Tudo isso faz parte da experiência curricular.

É necessário pensar a educação infantil como uma modalidade de ensino complexa, assim como Craidy e Kaercher (2009) destacam, tudo o que se constitui na escola infantil é um conhecimento escolar e conseqüentemente está no currículo. Nesse quesito, a educação infantil ainda enfrenta alguns desafios que envolvem a superação da visão assistencialista e da perspectiva de preparação para o ensino fundamental. Mas então, se desvencilharmos a educação infantil desses conceitos, o que sobra? Para responder esse questionamento salientamos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil, segundo a BNCC a educação infantil garante que a criança tem direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

A criança que convive, desenvolve sua linguagem, seu conhecimento sobre o outro e a si mesmo, compreendendo a cultura, tornando-se um ser capaz de comunicar-se e racionalizar de maneira humana e empática. A criança que brinca, aprende sobre a vida da maneira mais lúdica possível, é pela sua linguagem mais subjetiva, que ela imagina, cria, sente, expressa, pensa e aprende.

É participando que o sujeito se afirma como centro de seu próprio processo de desenvolvimento, se a educação é da criança pequena, faz sentido que ela seja pensada para e pela criança. Como já foi mencionado, o ensinar e aprender não é um processo de retenção de conhecimentos. Freire (1987) em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, discorre sobre a “educação bancária”, conceito que teoriza sobre essa educação onde se transmite e absorve conhecimento de maneira pouco significativa.

Ainda nesse texto, Freire (1987) traz uma perspectiva de superação para esse tipo de educação, segundo ele,

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (Freire, 1987, p. 39).

Dado isso, para que o processo educativo funcione é necessário compreender que todos são parte e, portanto, devem ser participantes. Nós adultos aprendemos com as crianças, tanto quanto elas aprendem conosco, é justamente essa a função de educar, não é repassar conceitos, mas sim ensinar e aprender sobre a cultura. Com relação à educação infantil, essa perspectiva de educando e educador que educam e aprendem é ainda mais importante o bebê, a criança bem pequena e a criança pequena, nem sempre verbalizam, mas sempre falam.

A comunicação da criança não se manifesta somente pela linguagem oral. Por vezes a criança fala pelo corpo, pelos gestos, pelo olhar e dentre outros movimentos. Cabe a nós adultos que as observamos compreendê-las através de suas linguagens. Essas manifestações da criança vêm por meio da expressão, que para a BNCC, também é um direito de aprendizagem. Expressar-se surge necessidade, da criatividade, da sensibilidade, do pensamento e do questionamento do sujeito. Essa expressão também se associa com a exploração, pois a criança expressa a partir do que conhece, e esse conhecer é proveniente da exploração de tudo que constitui a cultura.

Cabe mencionar, então, que educar a criança é deixar que ela conheça o mundo de sua maneira, explorar é uma ação individual, não é possível explorar pelo outro, o mesmo ocorre com a criança, ela é quem deve explorar. Essa atividade exploratória tem muito mais peso do que uma simples compreensão do mundo, pois implica a ressignificação do que já existe, é na exploração que a criança dá novo sentido a algo, mantendo a construção humana viva. Assim, para educar-se a criança precisa ter experiência, Bondía (2002) define que a experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Esse pensamento concretiza que apesar de ser possível definir objetivos, descrever habilidades, criar um currículo e planejar propostas, não há como conceber a educação infantil de um jeito padronizado. Se o que se desenvolve nela são

experiências e essas experiências estão relacionadas ao que toca, acontece e se passa com o sujeito, o conteúdo da educação infantil depende dos próprios sujeitos.

Outro direito de aprendizagem é o conhecer-se, compreender a si mesmo não é tarefa fácil para nem ser humano. O diferencial é que a criança na primeira infância ainda está caminhando os primeiros passos até a formação de sua identidade. Logo, ao mesmo tempo em que ela está conhecendo-se, também está constituindo-se.

Apesar desses direitos serem ordenados de uma determinada maneira, na prática essa ordem não tem relevância alguma, pois entre eles não existe uma hierarquia de qual se sobressai ao outro, qual vem antes ou qual é mais importante. Eles relacionam-se em uma espécie de teia de conhecimento, um faz parte do outro, e todos são alicerce para a constituição da criança. Se todos são essenciais para a formação da criança, todos devem ser pensados quando nos referimos à função da educação infantil, currículo e atuação do professor.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir Intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (Brasil, 2017).

Na educação infantil não são desenvolvidos conteúdos disciplinares, mas são desenvolvidas atividades humanas, contudo essas atividades não são desprovidas de significado. Pelo contrário, é ainda mais complexo trabalhar as atividades humanas, ensiná-las. E repensá-las é uma tarefa que exige preparo teórico, profissional e legal. Para que educar a criança pequena seja possível é fundamental que exista a garantia de um lugar que respeite seus tempos, rotinas, demandas, necessidades e subjetividades. Um lugar onde a educação seja flexível pois a aprendizagem também é, e não faz sentido fornecer uma educação rígida, para sujeitos múltiplos, diversos, coletivos e ao mesmo tempo singulares. Todos esses conhecimentos pressupõem um planejamento, uma finalidade e preparação, tanto quanto o ensino fundamental, médio e superior.

Retomando a primeira reflexão feita neste tópico, sobre a importância estar ligada à funcionalidade, aqui compreendemos que na educação a importância não é medida. Pois mesmo que cada fase, período e modalidade de ensino sejam diferentes e tenham funcionalidades diferentes, todas elas são importantes na formação humana

dos sujeitos. O desenvolvimento humano é gradual, sem perceber nós seres humanos guardamos as coisas, sejam elas boas ou ruins, durante o caminho da vida tendemos a perceber quais coisas ficaram registradas em nós. Desse modo, o desenvolvimento não se finda na infância, mas o que foi desenvolvido nela tem uma função imensurável para a nossa construção humana, seja a curto ou longo prazo e dentro ou fora da escola. Não é só social, não é só cognitivo, nem só político, nem só motor, é conhecimento humano, que supõem a articulação entre todos esses outros.

Santos (2020, p. 102), defende que a infância não é uma fase, ela não passa, mas segue a vida toda influenciando,

Nossa relação conosco com o outro. A nossa forma de agir, falar e lidar com os problemas foi aprendida nos nossos primeiros anos de vida. Foi na infância que aprendemos o que é o amor e como consegui-lo. Foi nessa época que aprendemos quem somos e como cuidar de quem somos. Foi na infância que aprendemos a defender ou a não defender aquilo em que acreditamos. Foi na infância que você aprendeu a ver o mundo da forma que o enxerga hoje. E você nem percebe. Não se pergunta por que reage como reage, por que não gosta de dançar ou por que ama o Natal. Você não questiona, porque está cheio de certezas sobre si mesmo e acredita que as coisas são como são, esquecendo-se de que foi na infância que elas se tornaram o que são.

A infância constitui tudo o que somos, logo a educação na infância não pode ser segmentada, pois apesar de ser constituída por vários aspectos, possui uma função própria. Ela não deve, portanto, servir de âncora para abordar outros conceitos, mas precisa ser entendida como um processo social, político e cultural, que possui funcionalidade na vida dos sujeitos, não somente enquanto permanecem na escola, mas até o fim de suas vidas e inclusive depois disso. Postman (2012, p. 11), entende que “as crianças são as mensagens vivas que enviamos a um tempo que não veremos”.

A criança, vista com esses olhos, é uma parte do futuro que vive no presente, dessa maneira, ela representa o encontro com um momento que nós adultos nem sequer viveremos. É na esperança de que a história cresça e se transforme, que projetamos nas crianças anseios, valores, crenças, sentimentos e histórias que desejamos que se mantenham vivas para que possam se renovar, transformar e ou até, não serem repetidas.

Pensar em educar crianças precisa ir muito além de formar estudantes, não faz sentido propagar cultura, se tem-se a pretensão de aquele que tem contato com ela usará e repassará para o outro tal qual aprendeu. Educar uma criança, humanizá-la por meio do conhecimento é muito maior e complexo. A sociedade onde vivemos

também é feita de crianças, mas a questão é que a sociedade onde elas viveram futuramente provavelmente será formada por elas mesmas, crianças que cresceram, mas foram cidadãos desde de seus primeiros anos de vida, pois se a sociedade onde vivemos é também feita por crianças, esses mesmos também são, desse modo, cidadãos. Assim, “ao dizermos o que queremos que uma criança venha a ser dizemos o que somos” (Postman, 2012, p. 78). A vida humana é cíclica, todos nós, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, desejamos algo para o futuro, e levando em consideração essas premissas de Postman (2012), educar é um ato pensado no presente e no futuro. Portanto a função da educação infantil, é mediar o desenvolvimento das características humanas da criança, para que essa reconheça-se e emancipe-se enquanto sujeito desde seus primeiros passos, balbucios e pensamentos, almejando que em cada tempo histórico, social e cultural, esse mesmo processo renove-se.

CAPÍTULO 4 – A EDUCAÇÃO PELAS VOZES DE FUTUROS PEDAGOGOS.

O presente capítulo tem por objetivo discorrer acerca dos dados coletados através da aplicação do questionário realizado com os acadêmicos do segundo ano do curso de pedagogia. Para tanto está subdividido em dois subtítulos, sendo esses 4.1 – Perspectivas dos acadêmicos sobre a função da Educação Infantil e 4.2 – Perspectivas dos acadêmicos sobre a formação inicial.

As respostas estão organizadas em quadros, atendendo a critérios de articulação teórico-metodológica, convergência temática com a questão norteadora, na riqueza descritiva e no potencial em oferecer conteúdo significativo para o aprofundamento e problematização na análise. No documento não consta todas as respostas, contudo no momento de análise todos os acadêmicos foram considerados.

4.1 – Perspectivas dos acadêmicos sobre a função da Educação Infantil.

Almejando caracterizar as compreensões dos futuros pedagogos sobre a Educação Infantil, no questionário, foram realizadas algumas perguntas com foco nas suas percepções em relação a essa modalidade de educação. Normalmente, quando somos questionados sobre algo, tendemos a estabelecer conexões que refletem nossos conceitos mais imediatos sobre a temática, nesse sentido, buscou-se saber

quais ideias, palavras e definições surgem quando os acadêmicos pensam sobre a educação infantil. Foi realizada uma seleção das respostas que mais apareceram e das que chamaram mais atenção.

Ao serem indagados sobre quais ideias, palavras e definições vêm à sua mente quando se fala em Educação Infantil, os participantes indicaram suas percepções, conforme expresso no quadro 5.

QUADRO 5 - O que os acadêmicos pensam sobre educação infantil.

PARTICIPANTE	RESPOSTA
P1	As crianças precisam ser ouvidas e respeitadas como sujeitos pertencentes à sociedade.
P2	Experienciar, brincar, conhecer, expressar-se por meio de diferentes linguagens e o cuidar e educar
P3	Penso em acolhimento, ludicidade, afeto, escuta, respeito à infância, direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral. A Educação Infantil é uma etapa rica em possibilidades, onde o brincar e o cuidar caminham juntos, formando a base para toda a trajetória escolar e humana da criança.

Fonte: As autoras.

É possível destacar algumas respostas que se complementam, ou até repetem-se. Esse fato, permite inferir que muitas dessas visões sobre a educação infantil são compartilhadas por todas as esferas sociais. Nas falas de alguns dos participantes surgiram conceitos que, apesar de serem embasados pela teoria, também circulam a ideia universal que se estabelece sobre a educação infantil.

Diante dessa análise, percebeu-se que o cuidar e o educar foram citados, de maneira direta ou indireta, por quase todos os acadêmicos. De acordo com Oliveira, Donelli e Charczuk (2020, p. 2), “A percepção que os profissionais da educação têm a respeito do cuidar e educar influencia diretamente a relação que estes estabelecem com as crianças”. Quando atrelamos o cuidar e o educar com a educação infantil, devemos estar atentos em quais dimensões esses dois eixos estão sendo reproduzidos.

Devido às várias transformações históricas, sociais e econômicas, a educação das crianças teve um início baseado no assistencialismo. Depois de muitos anos estabeleceram-se leis e teorias para que essa ideia ficasse no passado. Porém, isso não foi suficiente para que essa função equivocada fosse dissipada e segue sendo realidade até os dias atuais.

Tendo isso em vista, o cuidado muitas vezes é associado a uma ação de assistência, porém o cuidar dentro do espaço escolar possui um outro papel. Kramer e Nunes (2007, p. 434), em sua pesquisa sobre a Gestão Pública e a Formação de Profissionais de Educação Infantil, destacam a fala de uma de suas entrevistadas, que comenta: “Quem educa cuida, mas nem sempre quem cuida está educando”.

Sob esse viés, refletimos como é importante que os futuros profissionais da área tenham muito claro a importância do cuidar atrelado com o educar. Pois em todo ato de cuidado existe uma possibilidade de educação para o desenvolvimento do sujeito, movida pela troca entre ele e quem o educa.

Outro aspecto levantado nas respostas foi o brincar, que é parte fundamental da educação infantil, visto que é umas das linguagens da criança. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), definem que “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeiras” (Brasil, 2010).

O desenvolvimento infantil está intrinsecamente ligado ao contato com a cultura humana e o brincar é uma das formas mais fundamentais desse contato. Uma vez que, a criança expressa-se e apropria-se do mundo concreto fazendo uso de sua linguagem mais familiar, a brincadeira. Sendo assim, não é possível desassociar a educação infantil do brincar, pois esse tem papel fundamental para a evolução tanto psíquica, quanto social do sujeito (Facci, 2004).

Essa afirmativa relaciona-se com a resposta da participante P2 que define as crianças como sujeitos pertencentes à sociedade. Facci (2004) ao refletir sobre a periodização do desenvolvimento, traz importantes contribuições para pensar a criança como parte da sociedade, pois,

No decorrer do seu desenvolvimento, a criança começa a se dar conta de que o lugar que ocupava no mundo das relações humanas que a cercava não corresponde às suas potencialidades e se esforça para modificá-lo [...] torna-se consciente das relações sociais estabelecidas, e essa conscientização a leva a uma mudança na motivação de sua atividade (Facci, 2004, p. 72-73).

A tomada de consciência que leva a criança a se desenvolver é percebida por ela por meio das relações sociais. Assim sendo, logo que a criança nasce, são iniciadas trocas sociais, que a motivam a evoluir, incluindo-se como ser social.

Dentre outras perspectivas, chamou atenção a da participante P11, que acrescentou que os eixos estruturantes da educação infantil são responsáveis por formar a base de uma trajetória escolar e humana, realçando a função complexa que

essa educação tem na vida das crianças. Somado a isso, é importante saber qual compreensão os acadêmicos têm sobre a função da educação infantil, acerca disso, suas respostas foram organizadas no quadro 6.

QUADRO 6 - Como os acadêmicos compreendem a função da educação infantil.

PARTICIPANTE	RESPOSTA
P1	Promover o desenvolvimento da criança em todos os eixos de aprendizagem.
P2	É o primeiro contato da criança com o sistema educacional e é onde muitas das vezes ela tem a possibilidade de ter experiências enriquecedoras.
P3	Desenvolvimento da criança como pessoa.
P4	Socialização e cuidado
P5	A função da Educação Infantil vai muito além de preparar para o Ensino Fundamental. Trata-se de garantir o direito da criança de ser criança, promovendo aprendizagens significativas, desenvolvimento emocional, social, físico e cognitivo, por meio de interações e brincadeiras, como previsto na BNCC.

Fonte: As autoras.

Refletir sobre a função da educação infantil é um exercício que vai além de compreender somente as contribuições para as crianças. Enquanto acadêmicos, quando pensamos no que a educação deve proporcionar para as crianças, estamos também refletindo sobre nós como profissionais. Portanto, quando consideramos a função da educação infantil, também deixamos claro o papel daqueles que atuam nesse espaço.

Realizando um apanhado das respostas, em geral, ficou definido pelos acadêmicos, que a função da educação infantil está atrelada ao desenvolvimento integral da criança. Na fala dos acadêmicos a formação é mais que cognitiva, ela é emocional, social, física, humana, entre outros eixos que a constituem como pessoa.

Apesar de quase todas as respostas se complementarem, uma que despertou interesse, foi a da participante P4 que atrelou a função da educação infantil com a socialização e o cuidado. Essa relação não está incorreta, pois de fato é uma das responsabilidades da educação, porém, diante da complexibilidade da educação infantil, colocá-la apenas como socializadora e espaço de cuidado é muito raso.

Socializar é uma ação dos sujeitos, desse modo não é a educação quem socializa a criança, mas sim a criança que se socializa através dos meios que a

permitem se socializar, sendo um desses meios a educação. O processo de humanização requer a troca entre os sujeitos, essas trocas são permeadas por diferentes relações, é nesse caminho que o sujeito se constitui como ser humano, pois ao perceber essas relações e estabelecer conexão com o outro e com o mundo, ele entende-se como parte da organização social.

Por este ângulo, socializar acaba sendo uma função da escola. Porém o que muito acontece é a reprodução de uma visão clássica de socialização, em que a criança é socializada, para viver em sociedade e quando adquire os conhecimentos necessários para tanto, esse processo é tido como concluído. De acordo com Evangelista e Marchi (2022), “De modo resumido, o ponto de encontro entre as duas teorias (a sociológica e a psicológica) está no fato de ambas compreenderem a socialização como uma ação metódica e unilateral, isto é, como ação educativa das gerações mais velhas sobre as mais novas” (Evangelista; Marchi, 2022, p. 5).

Se são os próprios sujeitos que se socializam, essa ação não se associa a idades e não se finda no fim da infância. A socialização não é, portanto, uma passagem de conhecimento dos mais velhos aos mais novos, mas sim uma ação presente de produção e reinterpretação. Essa perspectiva de unilateralidade do processo de socialização aponta que a criança não tem uma participação social significativa, visto que ela aprende a socializar seguindo as orientações do mundo adulto, tendo as suas próprias manifestações sociais aparadas por um método já previamente estabelecido.

Sob este olhar, Evangelista e Marchi (2022), reverberam sobre a concepção de Corsaro (2011), acerca do desenvolvimento social da criança tal qual um complexo produtivo-reprodutivo. Sobre isso, destaca-se que esse conceito, “busca captar tanto a característica de reprodução cultural/social da qual a criança participa quanto o caráter de (re)interpretação presente nas leituras das crianças sobre seu próprio cotidiano” (Evangelista e Marchi, 2022, p. 10). Ou seja, para além de aprender com os adultos, as crianças também fazem interpretações, que produzem novas formas de agir em sua própria socialização. Desse modo, quando associamos a socialização como função estrutural da escola, colocamos na educação uma responsabilidade metódica de tornar a criança social, esquecendo-se que a criança já é um sujeito ativo socialmente desde que nasce.

O entendimento sobre a criança e a educação infantil é frequentemente atravessado por noções de senso comum. Embora não constituam um saber

científico, essas crenças são profundamente enraizadas e culturalmente propagadas no cotidiano, moldando a percepção social. Portanto, faz-se necessário perceber quais são as ideias de senso comum que estão associadas à educação infantil e como essas afirmações influenciam em seu entendimento e valorização. Acerca disso, os acadêmicos acrescentaram suas compreensões, conforme o quadro 7.

QUADRO 7 - Afirmações de senso comum que influenciam na compreensão da Educação Infantil apontadas pelos acadêmicos.

PARTICIPANTE	RESPOSTA
P1	P4: Sim, através dos nossos ideais, políticas.
P2	Sim, acho que existe ainda o senso de que a educação infantil é só cuidado ou brincadeiras vazias.
P3	Sim, vista como se fosse só um período onde a criança apenas brinca e não se desenvolve como ser participante e ativo.
P4	Sim. Ainda existe o pensamento de que a Educação Infantil é apenas um "depósito de crianças" ou um espaço de "cuidar" enquanto os pais trabalham. Essa visão desvaloriza o caráter pedagógico da etapa e inviabiliza o trabalho dos professores e professoras, bem como a importância das práticas intencionais.

Fonte: As autoras.

Uma unanimidade encontrada nas respostas foi a relação entre educação infantil e cuidado. Como já discutido anteriormente, a construção de uma educação para crianças pequenas passou por um processo histórico muito ligado ao assistencialismo. Com o tempo o cuidado foi sendo reestruturado, de modo que ainda faz parte da educação infantil, porém agora ocupa um espaço pedagógico e educativo, não mais ligado tão somente à assistência da criança.

Contudo, essa perspectiva que se constituiu de que a educação infantil serve como um “depósito de crianças”, como trazido pela acadêmica P4, ainda é muito comum. Kuhlmann (2005, p. 60), realça que educar a criança é integrado com o cuidado, nesse sentido, esses dois eixos são indissociáveis. Entretanto, debater sobre o cuidar na educação infantil ainda é um processo envolto por interpretações e opiniões polêmicas.

Acerca disso, Pasqualini e Martins (2008, p. 75) revelam que houve um momento em que se afirmava que “as creches se preocupavam exclusivamente em cuidar das crianças, enquanto as pré-escolas, ao privilegiarem sua educação, acabavam negligenciando a dimensão do cuidado”. Nessa discussão, entende-se que há uma necessidade em unir o cuidar e o educar percebendo sua relação para a formação humana das crianças.

Mesmo que o cuidado já esteja formalmente regulamentado na educação, estando citado em documentos oficiais que encaminham o trabalho pedagógico, ainda existem muitos discursos e ações que acentuam um distanciamento do caráter pedagógico do cuidado. Mesmo na compreensão de alguns profissionais essa perspectiva toma espaço, logo, é preciso problematizar essas compreensões, pois através delas os conhecimentos vão sendo propagados corroborando com uma visão deturpada não somente do cuidado, mas também da função da educação das crianças pequenas.

Outro ponto importante destacado nas respostas foi citado pela participante P1, associando o senso comum com as políticas. Para realizarmos essa discussão é preciso relembrar um conceito analisado por Saviani (2012, p. 2), o autor considera que,

Dizer, então, que a educação é um ato político significa, no quadro social, dizer que a educação não está divorciada das características da sociedade: ao contrário, ela é determinada pelas características básicas da sociedade na qual está inserida. E, quando a sociedade é dividida em classes cujos interesses são antagônicos, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais.

Considerando o que foi exposto por Saviani, é possível identificar a educação como uma ação associada à composição social, se educar é um ato político, a maneira de pensar a educação, por consequência, torna-se interesse político. Por trás dos currículos, legislações, diretrizes, políticas e entre outros documentos, existe uma intencionalidade, normalmente vinculada a manutenção de um sistema social.

Nossa sociedade está organizada seguindo o sistema econômico social capitalista. Não é novidade que para este sistema a educação é ferramenta essencial, pois é através dela que se instruem as pessoas, para que estas exerçam a força de trabalho, gerando o capital, que é a base de toda essa conjuntura (Sousa; Silva, 2012). Entretanto, essa educação não pode ultrapassar os limites dos interesses daqueles que são da classe mais beneficiada. Portanto, vem sendo cada vez mais acentuada a

perspectiva dualista da educação, visto que, para a manutenção do sistema capitalista, é preciso que as diferentes classes recebam diferentes instruções.

Pensando nisso, acaba sendo comum analisarmos o ensino fundamental e médio como as modalidades de ensino que são mais afetadas por essa organização. Assim, os efeitos do capitalismo na educação infantil acabam sendo deixados de lado, porém a educação pelo capital não se restringe somente aos ensinamentos das crianças maiores e dos adolescentes, ela acontece desde o ensino dos bebês, porém lá é mais sutil e oculta.

Um exemplo do capitalismo na educação infantil é o atraso no aprofundamento e no investimento, que foi tardio, em relação às outras modalidades de ensino, visto que a educação infantil não tinha o mesmo princípio de formar mão-de-obra imediata, mas sim de acolher as crianças para que os pais pudessem trabalhar.

Outro exemplo do sistema capitalista dentro da educação da criança pequena é a antecipação do ensino, a chamada escolarização. Segundo Peter Moss (2011, p. 148), “a escola obrigatória é clara e inquestionavelmente o parceiro dominante e a tarefa da educação infantil é definida como a de garantir que a criança fique pronta para os requisitos do sistema escolar”. Posto isso, a educação infantil para acompanhar essa construção passa a antecipar o ensino focado nas habilidades cognitivas das próximas etapas de ensino, empenhando-se em entregar alunos.

Isso tudo afeta a educação das crianças pequenas visto que influencia as rotinas da escola e chega a desconsiderar as necessidades específicas de seu desenvolvimento. As brincadeiras diminuem, pois passa a ser vista apenas como lazer e não uma ferramenta de aprendizagem, aumenta a quantidade de atividades, modificando inclusive seu formato, que passam a ser registros em papel, estabelece um padrão que avalia a criança considerando se ela está preparada ou não para avançar, como se está estivesse condicionada a passar de fase como em um jogo, adquirido somente o necessário para a conservação da sociedade existente.

É importante, como profissionais e cidadãos, compreendermos as relações entre a educação infantil e as concepções de senso comum, pois essas, estão profundamente ligadas às bases históricas do nosso país. Precisamos reavaliar criticamente essas concepções para garantir que não prejudiquem a forma como definimos a função da educação infantil e a forma como nós constituímos como sociedade, para não manter no presente e no futuro, um sistema que tem bases do passado.

Sabemos que para além das compreensões dos sujeitos existem outros fatores que influenciam a organização da educação. Tendo isso em vista, considerou-se importante elencar os desafios e as potencialidades da educação infantil. Esse movimento auxiliou no processo de análise pois estabeleceu uma interface entre o que a educação infantil visa proporcionar para os sujeitos e quais são os percalços que atravessam seu caminho até esse objetivo.

Das falas dos acadêmicos destacaram-se as seguintes respostas, descritas nos quadros 8 e 9.

QUADRO 8 - Principais desafios da educação infantil na visão dos acadêmicos.

PARTICIPANTE	RESPOSTA
P1	A inclusão, pois os professores não estão preparados para lidar com certas situações, ficamos perdidos, pois sempre queremos fazer algo bom para nossas crianças
P2	Entendimento das famílias.
P3	Encontrar atores específicos e sair do tradicional pregado através de vários anos.
P4	Acredito que a concepção, o currículo (no sentido do planejamento, que hoje é focado em símbolos e registros)
P5	Entre os maiores desafios estão a desvalorização profissional, a falta de infraestrutura adequada, a formação continuada dos docentes e a resistência à compreensão de que brincar é uma forma legítima e essencial de aprendizagem. Além disso, muitas vezes há uma pressão precoce por resultados escolares, desrespeitando os tempos e ritmos da infância.

Fonte: As autoras.

QUADRO 9 - Quais potencialidades os participantes identificam na educação infantil.

PARTICIPANTE	RESPOSTA
P1	De contribuir para o repertório das crianças, o desenvolvimento da expressão
P2	Possibilita a formação total do indivíduo
P3	A infância é um terreno fértil para o desenvolvimento de valores como empatia, criatividade, convivência e autonomia. É também uma fase em que as experiências vividas marcam profundamente o sujeito, tornando a

	Educação Infantil uma etapa fundamental para a construção de vínculos, identidade e autoestima.
P4	O conhecimento da cultura da qual faz parte, o reconhecimento do outro como diferente do eu, as particularidades individuais, o respeito com o próximo, aprendizagem através da experiência, o contato com o mundo, o desenvolvimento motor, entre outros.

Fonte: As autoras.

Assim como no quadro anterior, que se referia às compreensões de senso comum, um dos desafios salientados neste questionamento foi o currículo e o tradicionalismo. A acadêmica P5 contribuiu citando que “muitas vezes há uma pressão precoce por resultados escolares, desrespeitando os tempos e ritmos da infância”, essa fala representa muito o que foi discutido sobre o processo de escolarização da criança. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010, estabelecem que,

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (Brasil, 2010).

Portanto, é muito claro que a finalidade da educação infantil não está ancorada na preparação para o ensino fundamental, sua função não se prende em uma prática conteudista sem significado próprio. Corroborando com essas ideias, o participante P4 verbaliza sobre o ensino pautado nos símbolos e registros que se tornaram protagonistas na educação da criança pequena. Estabelecer símbolos com as crianças não é um equívoco, pelo contrário é uma ação pedagógica e também humana, Corso (2005, p. 52) sugere que,

Cada novo ser humano só terá acesso à cultura por meio da capacidade representativa. A aquisição da linguagem, a construção da escrita, o domínio dos signos matemáticos, o acesso ao conhecimento científico, tudo isto só será possível à criança quando ela puder, ou se ela puder, simbolizar.

Em consonância com esse pensamento de Corso, podemos definir que a humanidade do sujeito está relacionada com sua capacidade de simbolizar. Logo, incentivar que a criança desenvolva símbolos é importante, pois a partir disso a criança também atribui sentido e significado a elementos da cultura, a si mesma e aos

outros que a cercam. Essa questão inclusive é apontada na fala do P3 sobre a potencialidade da educação infantil em permitir que a criança construa “vínculos, identidade e autoestima”, tudo isso só é possível se a criança simboliza e significa.

No entanto, as práticas pedagógicas vêm sendo associadas somente ao símbolo. Comumente se ouve o discurso “vamos trabalhar o símbolo deste colega”, mas isso acaba engessando a prática e consequentemente a aprendizagem da criança, pois inviabiliza a educação da cultura mais elaborada como proposto por Mello (2009), impedindo a contribuição no repertório das crianças, citada pela acadêmica P1 como potencialidade da educação infantil.

Outra necessária menção do acadêmico é a inclusão. No imaginário popular diz-se que os casos de autismo, transtornos e as síndromes globais do desenvolvimento estão muito maiores atualmente. Essa afirmação não está totalmente incorreta, na verdade os casos não aumentaram, mas sim os diagnósticos. O fato é que a educação precisou acostumar-se com uma realidade que antes era desconhecida, Jannuzzi (2004, p. 11) traça um panorama histórico sobre a educação inclusiva em nosso país e revela que,

Nos primórdios de nossa colonização, dentro de uma organização baseada no capitalismo mercantil, que retirava principalmente produtos aqui nativos para comercializá-los na Europa, ou se abandonavam os deficientes às intempéries, por descrença nas suas possibilidades de desenvolvimento, por situações diversas de miséria, procedimento também usual com “normais” indesejados, ou se os recolhia nas “Santas Casas”.

Portanto, nos primórdios, a cultura da ação com as pessoas neuro divergentes era baseada em uma política de desumanização, elas não eram consideradas parte da sociedade. Com o tempo foram se amplificando os conhecimentos sobre a área, e após muitas lidas da população atípica construiu-se um ideal de educação, que seria a educação inclusiva, perspectiva que considera que é a escola quem se adapta para atender a criança atípica (Jannuzzi, 2004, p. 21-22).

Aprofundando a discussão, pensando na perspectiva trazida pelo participante P1, de fato a educação inclusiva é um desafio, uma vez que, como ele mesmo salientou “os professores não estão preparados para lidar com certas situações, ficamos perdidos, pois sempre queremos fazer algo bom para nossas crianças”. A formação docente ainda não prepara para a educação inclusiva, arrisco dizer que nem as escolas e CMEIs estão, nem em estrutura, tão pouco em recursos humanos e conhecimentos. Para a educação infantil a educação inclusiva tem um diferencial, pois

muitas das procuras por diagnósticos surgem por orientações e direcionamentos dos profissionais da educação. Isso sublinha a necessidade de uma formação docente mais bem preparada, para que essa orientação seja consciente e responsável, garantindo o direito à inclusão e ao desenvolvimento pleno da criança desde seus primeiros anos de vida.

Acrescenta-se também a resposta da acadêmica P2, em sua fala, argumenta que a educação infantil “possibilita a formação total do indivíduo”. A formação total do sujeito não acontece na primeira infância, mas a base de tudo se inicia ali. As coisas que vivenciamos na infância são alicerces para a construção de quem somos e seremos, de certa maneira tudo da nossa infância ainda está em nós, se manifestando pelas nossas carências e potencialidades.

Esse ponto abre espaço para pensar sobre o papel dos profissionais da educação. Os pedagogos têm uma função importante na formação da criança, principalmente se considerarmos que o futuro dela está associado com sua experiência de infância. A vista disso, procurou-se saber como os acadêmicos entrevistados percebem o papel dos profissionais da área da educação, na promoção de um ambiente humanizador, que cumpra esse papel de constituição de sujeitos. Acerca disso obtivemos as respostas apresentadas no quadro 10.

QUADRO 10 - Como os participantes percebem o papel dos profissionais da educação na promoção de um ambiente humanizador.

PARTICIPANTE	RESPOSTA
P1	A primeira experiência que tive achei tudo mecanizada desde a chegada dos pequenos até o horário do almoço (que estive com eles), mas na minha segunda experiência a professora foi sensacional explorava todos os sentidos das crianças.
P2	Alguns tentam sair do tradicional, mas, a maior parte reproduz a lógica de que a criança deve ficar sentada e quieta, sem água e banheiro, sendo muitas vezes desumano.
P3	O papel dos profissionais na educação infantil é de mediar o processo de aprendizagem.
P4	Os profissionais da educação têm o papel de garantir um ambiente acolhedor, seguro e afetivo. Um espaço onde as crianças se sintam vistas, ouvidas e respeitadas em sua singularidade. Para isso, é necessário agir com intencionalidade, sensibilidade e ética, promovendo relações respeitadas e experiências significativas.

Fonte: As autoras.

Logo na primeira resposta somos levados a analisar um conceito muito importante no processo educativo, principalmente no contexto da educação infantil, a perspectiva do recorte na observação. A acadêmica P1 contribuiu com um relato de experiência em sala, em que à primeira vista na prática pedagógica pareceu mecanizada, porém em uma seguinte observação foi possível identificar que esta não é uma realidade diária, mas sim um recorte de um dia específico. Assim, podemos considerar que,

O ato de observar é pessoal, sendo, por vezes, complicado para o professor separar suas diversas experiências, seus sentimentos em meio ao seu cotidiano e suas suposições em relação ao que está vendo. Antes de se ter uma conclusão, portanto, deve-se ter o cuidado de verificar se foram coletadas informações necessárias para isso (Guth, 2024, p. 12).

É preciso entender que a educação infantil possui especificidades particulares, as demandas são complexas e por essa razão algumas vezes são usadas estratégias consideradas inadequadas aos olhos de quem não percebe o todo com processo. A rotina de uma segunda-feira de manhã é completamente diferente de uma sexta-feira à tarde. Na segunda as crianças estão voltando do fim de semana com a família e precisam se readaptar com a rotina do CMEI, podem estar doentes, chorosos, nervosos e irritados, essas situações influenciam na organização do dia, na escolha de uma música, um desenho ou uma pintura de um repertório menos amplo.

Já em um outro dia essas interferências, apesar de ainda existirem, podem não modificar o trabalho pedagógico, o que viabiliza uma ação menos mecânica. Ter essa perspectiva é de suma importância ao observar a educação infantil, pois uma das maiores qualidades é a maleabilidade que permite um espaço flexível que atende a subjetividade dos sujeitos.

A acadêmica P4 salienta que os profissionais da educação têm o papel de promover um espaço onde as crianças sejam vistas, ouvidas e respeitadas em sua singularidade. Sobre isso Mello e Singulari (2014, p. 884) salientam que,

A compreensão de que as aprendizagens promovem o processo de humanização – isto é, movem o desenvolvimento – envolve necessariamente olhar o positivo do desenvolvimento das crianças desde pequeninhas, envolve perceber a especificidade das formas de relação da criança com o mundo que a rodeia, ou seja, a linguagem por meio da qual ela estabelece relações com o mundo de objetos e pessoas em seu entorno e vai atribuindo um sentido ao que vive e conhece

Esse pensamento das autoras, reforça a noção de que para que a humanização realmente aconteça é preciso que sejam valorizadas as especificidades

da criança, seja ela um bebê, uma criança bem pequena ou pequena. Independentemente com qual idade, turma ou seguimento estejam trabalhando, os pedagogos devem ter claro que o processo educativo está inteiramente dependente do movimento de conhecer o aluno e que só percebendo a subjetividade da criança é que se torna possível pensar e planejar a educação dela.

4.2 - Perspectivas dos acadêmicos sobre a formação inicial.

Nosso último objetivo é conhecer como a formação inicial dos acadêmicos do curso de Pedagogia pode gerar mudanças nas concepções a respeito da função da Educação Infantil no desenvolvimento das crianças. Seguindo este objetivo considerou-se importante realizar questionamentos aos acadêmicos relacionados ao seu processo de formação inicial. Tem-se em vista refletir sobre a influência da graduação na transformação do pensamento do aluno e consequentemente na educação da criança pequena.

Para introduzir essa discussão a temática da primeira pergunta busca identificar de que maneira a formação no curso de pedagogia influencia e aprofunda sua compreensão do sobre a função da Educação Infantil no desenvolvimento humano das crianças no ponto de vista do acadêmico. Sobre isso os participantes salientaram o que trazemos no quadro 11.

QUADRO 11 - A influência da formação acadêmica no aprofundamento das compreensões dos estudantes.

PARTICIPANTE	RESPOSTA
P1	Me torna mais crítico com a realidade educacional
P2	Tanto a prática quanto a teoria apresentam uma perspectiva do olhar da criança, das experiências e espaços criados pensando nelas, essa foi um grande avanço em minha forma de pensar.
P3	A formação em Pedagogia possibilita compreender a trajetória histórica da construção da educação infantil e evidenciando a importância da educação infantil como etapa educativa que atende as especificidades das crianças dessa faixa etária propiciando o seu desenvolvimento integral.
P4	Ao ser apresentada aos processos de desenvolvimento infantil, as suas características e necessidades para um bom desenvolvimento, a importância de cada passo desempenhado pela escola em seus diferentes anos, torna indispensável o reconhecimento da educação infantil e de sua importância.

Fonte: As autoras.

Realizando um panorama geral das respostas acerca das contribuições do curso para a compreensão da educação infantil, destacaram-se os seguintes dados: desenvolvimento do senso crítico para com a educação, relação teórico prática, compreensão histórica da construção da educação infantil e o conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, as suas características e necessidades.

A primeira revela que o curso proporciona uma aprendizagem crítica que permite que o acadêmico questione o sistema educacional. Isso também se relaciona com a compreensão histórica da construção da educação infantil, justamente a partir dessa compreensão é que podemos refletir criticamente. Não é novidade que a educação da criança pequena ainda possui fragilidades e dificuldades. Também sabemos de onde essas situações surgem, já que conhecer essas fragilidades é um pré-requisito para a atuação profissional, pois é a partir dela que repensamos a prática, a teoria e a educação em geral. Assim,

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (Freire, 1987, p. 44).

Freire supõe nesse fragmento que para existir humanamente é preciso que o ser humano pronuncie e modifique o mundo, porém esse movimento só é possível através da problematização. Problematizar nem sempre significa criticar, em específico para o ensino superior. O processo de problematização é inerente ao processo formativo, não sendo apenas a ação de tecer críticas, mas sim o movimento de abrir lacunas que levam ao conhecimento sobre as nuances das diferentes áreas de conhecimento. E pelo que pode ser percebido na fala dos acadêmicos esse movimento crítico vem sendo considerado importante em sua formação acadêmica.

Outro aspecto levantado foi a relação teórico-prática que perpassa a Educação Infantil. Sobre essa relação, Lucena Lima (2008, p. 201) consideram que,

O significado social que os professores atribuem a si mesmos e à educação escolar exerce papel fundamental nos processos de construção da identidade docente. Para as autoras, esta identidade se constrói no confronto entre as teorias e as práticas, na análise sistemática das práticas à luz das teorias, na construção de teorias.

Assim como aparece nas respostas dos acadêmicos, a graduação em Pedagogia defende uma prática que fortaleça o alinhamento entre o que foi escrito em

teoria com a realidade da prática. Constituindo esses dois conceitos como interdependentes, na medida em que a prática se baseia na teoria e, ao mesmo tempo, o que é teórico é ressignificação e transformado pelo que é vivido e experienciado na prática, essa compreensão é fundamental na formação acadêmica, pois é sabendo disso que o acadêmico estabelece relação sobre o que aprendeu com o que viveu.

Outro aspecto trazido na fala dos acadêmicos foi o conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, as suas características e necessidades. Anteriormente, neste capítulo, foi considerado importante para falar sobre a educação, o entendimento das concepções de criança e infância. Isso porque não é possível falar sobre a educação, sem falar sobre o sujeito a qual ela é destinada. Isso implica pensar a criança em uma perspectiva histórico-cultural, em que ela é e faz parte da história e da cultura. Mello e Singulari (2014, p. 882) afirmam que, “assumir, então, essa compreensão histórico-cultural do processo de humanização implica compreender a essencialidade da educação, isto é, de todas as experiências vividas pela criança no seio da cultura e mediadas pelos outros para a constituição da personalidade”.

Para tanto, são essenciais as noções trazidas pela acadêmica P2, ao destacar que a graduação permite compreender o olhar da criança, das experiências e os espaços criados pensando nelas. Refletimos que essas noções são o que dão sentido. Afirma que, “cada passo desempenhado pela escola em seus diferentes anos, torna indispensável o reconhecimento da educação infantil e de sua importância”, pensamento encontrado, também, na fala da acadêmica P4.

Sabendo que o conhecimento não está ligado tão somente ao que aprendemos de novo, assim, julgou-se necessário se debruçar sobre as mudanças de pensamento trazidas pela graduação. Os acadêmicos foram provocados a pensar em quais foram as mudanças mais significativas em suas concepções sobre o desenvolvimento das crianças e o papel da Educação Infantil e no que motivou essas transformações de pensamento. Algumas das respostas são apresentadas no quadro 12.

QUADRO 12 - As mudanças de pensamento trazidas pela graduação.

PARTICIPANTE	RESPOSTA
P1	Sim, a vivência na realidade escolar e a percepção das deficiências estruturais na educação
P2	Sim, estive mais aberta a novas concepções

P3	Sim. Aprendi que todas as crianças têm potencial, e que nós como professores precisamos estimular o mesmo.
P4	Totalmente, nunca tinha tido experiência com educação infantil antes da graduação e é muito diferente do que eu imaginava. As mudanças foram muito por ler teóricos que propõem que a criança não é um papel em branco, e sim um sujeito em construção
P5	Sim, a ampliação de definição do que é o brincar, a importância das experiências infantis e de sua variedade, qual ambiente torna a aprendizagem significativa a criança, as diferenças entre o aprender e o memorizar, a valorização de seus movimentos e singularidades, para além do controle e disciplina. Ter contado com diferentes autores, concepções, discussões e debates, além do contato com o ambiente escolar, refletindo sobre o que observamos, permite a mudança e o alcance de um conhecimento aprimorado e fundamentado

Fonte: As autoras.

Em análise das 12 respostas, todas afirmam que obtiveram mudanças em sua maneira de conceber a educação. Esse caso evidencia, mais uma vez, que o processo educativo é composto pela internalização, ressignificação e construção de novos conhecimentos. A educação é um fenômeno social, cultural e histórico, isso nos leva a, enquanto sociedade, criar um modelo do que é a educação.

Mas, saber o que é educação, é bem diferente de estudar sobre ela. É no estudo e pesquisa que tomamos consciência do que é educar e como esse fenômeno se organiza. A partir daí surgem novos conceitos, que por vezes reafirmam o modelo que se compreendia antes, e também podem vir a modificar esse ideal. Essa afirmativa aparece na fala do participante P1, que diz ter modificado sua percepção das deficiências estruturais da educação. Castro (2009, p. 695), analisa que “na educação infantil os problemas apresentados revelam que a equidade permanece um alvo ainda distante quando se trata do direito das crianças pequenas à educação”.

Educar a criança pequena não é tarefa fácil, visto que essa atividade enfrenta desafios quanto à organização, a legislação, que ainda é muito recente, assim como, os investimentos, a valorização, a estrutura e outras inúmeras lacunas que ainda não foram completamente preenchidas. Perceber essas deficiências estruturais da educação é, portanto, assumir uma posição de consciência não somente sobre a função da educação infantil, mas também as condições que a mesma tem para conduzir a ação educativa.

Outras contribuições foram o entendimento de que as crianças têm potencial para se desenvolver, e que elas não são papéis em branco. Quando pensamos nos

sujeitos da educação infantil, não estamos nos referindo a um aluno, mas sim a uma “criança”, do latim “creare” que significa “fazer crescer”, estamos falando de um sujeito ainda em processo de constituição, esses sujeitos ainda estão se formando. Neste sentido, os processos que garantiram o desenvolvimento deles, os acompanharam para o resto de suas vidas. Assim sendo, a educação nesta fase torna-se um processo de mediação na formação de um ser humano, que levará consigo todos os aspectos que por ele foram apropriados enquanto ainda estava “fazendo-se crescer” (Neves, 2024). Ter esse entendimento, é a base para a compreensão de todos os outros aspectos da educação infantil.

Como afirmado pela participante P4 “ter contado com diferentes autores, concepções, discussões e debates, além do contato com o ambiente escolar, refletindo sobre o que observamos, permite a mudança e o alcance de um conhecimento aprimorado e fundamentado”. É na formação inicial que começamos a enxergar a criança e a infância como produtos e produtores culturais e a educação como meio pelo qual essas transformam-se.

Mesmo que a formação acadêmica seja organizada, possua currículo e teorias definidas, assim como foi citado no tópico 2.2, existem aspectos que não aparecem no currículo, pois estão vinculadas às relações entre os sujeitos. Como última pergunta geradora, para um entendimento completo, analisaram-se as disciplinas, discussões, projetos e experiências que foram importantes para compreender o desenvolvimento das crianças e a função da educação destinada a elas. Almejando identificar na fala dos acadêmicos quais temas poderiam ser aprofundados ou incluídos para que essa compreensão fosse ainda mais ampla os participantes indicaram as respostas expressas no quadro 13.

QUADRO 13 - Quais áreas do conhecimento trataram da Educação Infantil no Curso de Pedagogia

PARTICIPANTE	RESPOSTA
P1	Disciplina de ludicidade. Organização do trabalho pedagógico.
P2	Com toda a certeza a disciplina de estágio nos proporciona uma experiência incrível e real.
P3	Ludicidade e psicologia; sinto muita falta de ter aulas de educação inclusiva mais teorias e densas.
P4	Disciplinas como Psicologia da Educação I, Didática, Estágio Supervisionado foram fundamentais para ampliar meu olhar sobre a infância. Os projetos de extensão e as leituras de autores como Vygotsky, Emilia Ferreiro e Paulo

	Fochi também contribuíram muito. Acredito que temas como antirracismo na infância, educação inclusiva e práticas pedagógicas para crianças de 0 a 3 anos ainda poderiam ser mais aprofundados.
P5	Matérias como o Projeto Político Pedagógico, Ludicidade Corpo e Movimento, Estágio de Docência em Creche, Psicologia da Educação e História da Educação, propiciam diferentes aprendizagens que em conjunto ampliam a visão sobre a educação. As experiências e contato direto com os CMEIS, os trabalhos desenvolvidos, propostas de docentes a serem trabalhadas com as crianças e as variadas possibilidades, permite a escolha sobre qual professor queremos e devemos ser. Acredito que se faz necessário um aprofundamento quanto a como ter uma prática satisfatória inserida nas exigências das escolas e cmeis, cumprindo com exigências sobre o professor, mas encontrando maneiras de promover a educação infantil como conhecemos na formação.

Fonte: As autoras.

As disciplinas apontadas como fundamentais para compreensão da educação infantil foram: Ludicidade, organização do trabalho pedagógico, estágio curricular supervisionado, psicologia, didática e História da educação. Todas essas disciplinas têm em comum a noção de que para educar é preciso conhecer quem se educa. A Universidade Estadual de Ponta Grossa (2024), sobre essas disciplinas, define que “a Ludicidade considera as crianças, seus brincar, seus corpos e manifestações culturais”. Com relação a disciplina de Organização da prática pedagógica na Educação Infantil, almeja-se teorizar sobre a participação e construção do conhecimento pela criança, abordando criança, infância e educação infantil em diferentes realidades e contextos.

Quanto ao estágio curricular supervisionado em docência na creche e na Pré-escola, a Universidade considera como eixos o estudo sobre o cotidiano na Educação Infantil, as concepções educacionais e objetivos da dessa modalidade de educação, bem como a documentação e análise crítico-reflexiva do processo de estágio vivenciado pelo aluno e corroboração com as teorias estudadas. A psicologia da educação almeja a aprendizagem sobre as perspectivas teóricas da Psicologia e suas implicações educacionais. Considerando que a Psicanálise, Análise do Comportamento, Epistemologia Genética e Psicologia Histórico-Cultural e demais concepções psicológicas contribuem com o processo de entender o sujeito em seus diferentes modos de ser.

A Didática, disciplina elencada pelos acadêmicos, para a UEPG objetiva possibilitar a construção da identidade e formação profissional do acadêmico, através de suas interpretações sobre os objetivos de ensino e de aprendizagem, sua

importância e as proposições para a prática pedagógica. Outra disciplina citada pelos estudantes foi a disciplina de História da Educação que, ao refletir sobre educação nos contextos da Antiguidade Clássica, dos Períodos Medieval, Moderno e Contemporâneo, enfatiza a relação das ideias educativas e pedagógicas com as concepções históricas pensadas e reconstruídas ao longo dos anos.

Todas as disciplinas da graduação, de certa forma, influenciam a maneira como compreendemos os conteúdos. Contudo, algumas, mais que outras, despertam em nós significados importantes, que assim como verbalizado pela participante P5, em conjunto cada uma dessas áreas de conhecimento ampliam a visão sobre o todo da educação, não só da educação infantil, mas do educar como um todo, do sujeito e da sociedade.

Entretanto, é possível perceber que ainda existam inconsistências na formação inicial dos pedagogos. Sobre isso, os acadêmicos citaram que ainda são necessários avanços na formação para a educação inclusiva. Não é a primeira vez que esse conceito aparece na fala dos estudantes, o que revela que a educação inclusiva se constitui ainda como um desafio para a educação não somente para a educação das crianças pequenas. O caderno pedagógico da educação especial do município de Ponta Grossa, salienta que,

Para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os educandos, principalmente daqueles público-alvo da Educação Especial, faz-se necessário, além do investimento na estrutura física das escolas, um grande investimento em recursos humanos com formação e assessoramento técnico aos professores e apoio pedagógico complementar aos alunos que necessitam (Ponta Grossa, 2020, p. 15-16).

Corroborando com essa ideia ressalta-se que mesmo que a educação inclusiva seja reelaborada e ganhe mais espaço dentro da formação inicial, ela nunca será o suficiente. Portanto, é preciso buscar maior aprofundamento sobre essa temática, porém, é um conhecimento construído cotidianamente por meio da formação continuada, acadêmica e profissional.

Outra questão que ainda não é abordada no curso de pedagogia da UEPG segundo os acadêmicos, é a educação antirracista. O racismo é um tema complexo de nossa sociedade, por essa razão muitas vezes não trabalhamos sobre eles com as crianças pequenas. Contudo, compreendemos que a criança é parte integrante da sociedade, logo, ela também precisa conhecer as relações sociais tanto quanto nós, a educação antirracista, portanto, deve sim estar sendo trabalhada desde os

pequenos. Essa perspectiva relaciona-se com outra fragilidade da formação que também foi descrita pelos acadêmicos, segundo alguns eles as práticas pedagógicas para crianças de 0 a 3 anos são pouco exploradas ainda.

Esse fato não revela uma realidade isolada, pois o distanciamento da prática pedagógica na creche é algo presente em diversas situações. Barros (2021, p. 39) sinaliza que,

Numa visão macro, a Educação Infantil – e mais especificamente a creche – aparece como tendo um papel inferior na “escala” educativa. Esses aspectos realçam conceitos e concepções configurados por meio da história da constituição da creche e acerca de qual papel lhe foi destinado socialmente.

Desse modo, analisa-se que para muitos a educação na creche, destinada às crianças de 0 a 3 anos, é menos importante. Apesar de ser uma ideia completamente equivocada, é muito claro que ela exerce, de maneira velada, uma grande influência na reflexão sobre a educação, evidenciando que mesmo depois de anos a educação do bebê e da criança bem pequena não é completamente entendida. A prática ainda é pouco fundamentada e ainda não foi estabelecida uma ação pedagógica que contemple os aspectos de educação, cuidado, interação e experiência.

Uma colocação que chama atenção é a fala da acadêmica P4, ao discorrer sobre os conceitos que ainda precisam ser fortalecidos na formação inicial, salienta que “se faz necessário um aprofundamento quanto a como ter uma prática satisfatória inserida nas exigências das escolas e CMEIs, cumprindo com exigências sobre o professor, mas encontrando maneiras de promover a educação infantil como conhecemos na formação”. Essa perspectiva reverbera que ainda existe uma disparidade entre os objetivos da educação infantil e as demandas burocráticas.

Comumente a educação infantil é concebida de maneira utópica, ou seja, um modelo a ser seguido, ao que se tem como ideal. Quando se reflete sobre ela, é muito provável que estejamos apoiados nessa educação infantil imaginária, o que é o ideal. Mas é fato que nem sempre aplicar esse ideal é possível, mesmo nos documentos oficiais encontramos alguns percalços. A BNCC é exemplo disso. Miguel, Silva e Miguel (2023), tecem algumas críticas sobre ela, salientando que na BNCC não existe uma definição clara de currículo, isso segundo eles gera um “esvaziamento de argumentos” para a reflexão do que seria a educação infantil. Além disso, também entendem que “quando a BNCC sugere objetivos de aprendizagem em cada campo de experiência, ela coloca a centralidade do planejamento sobre os conteúdos de

aprendizagem e não mais na criança” (Miguel; Silva; Miguel, 2023, p. 7). Esse movimento se afasta da perspectiva geral da educação infantil, que entende a criança como sujeito capaz, participante, rompendo com a ideia de que o desenvolvimento está associado à experiência da criança.

As inconsistências teóricas, as múltiplas demandas e diversas fragilidades estão no cotidiano da educação infantil. Por isso também é preciso pensar em estratégias que ajudem a superá-las. Mas nem tudo consegue ser desassociado imediatamente, portanto, é nessa perspectiva que o ensino superior fornece um aprofundamento e sendo crítico para que o aluno consiga exercer uma prática que de fato contribua com o desenvolvimento da criança, mas que ao mesmo tempo consiga mediar as diferentes exigências e relações que circundam a educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desta pesquisa foi justificada pela necessidade de compreender a educação infantil como fundamental para o desenvolvimento humano das crianças. Foi problematizado então Qual a função da Educação Infantil na perspectiva dos acadêmicos do Curso de Pedagogia. Tomando isso como base, a pesquisa contribui no movimento de entendimento sobre o que é a educação infantil, a criança, a infância e o desenvolvimento humano.

Para tanto, considerou-se necessário compreender o que pensam os futuros pedagogos, dado obtido por meio de um questionário realizado com os acadêmicos do 2º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O primeiro objetivo do trabalho foi identificar as concepções dos estudantes do curso de Pedagogia sobre a função social da Educação Infantil. Percebeu-se pela análise que os futuros pedagogos compartilham ideias similares, quanto ao que significa educar a criança pequena, também, verificou-se que nem todas as perspectivas estavam ancoradas somente na teoria, tendo em vista que, a sociedade como um todo, também estabelece visões sobre a temática, aproximando ideias que caminham para uma definição social de educação infantil.

Essa definição social nem sempre representa uma visão real do que é educação infantil. Isso observa-se a partir da identificação e repetição de temas que levam a conceber a educação da criança pequena apenas como espaço de cuidado e socialização.

Objetivou-se, também, caracterizar as compreensões dos futuros pedagogos sobre a Educação Infantil buscando relacioná-las com as teorias, o senso comum e as relações sociais, culturais, políticas e históricas. Das teorias sobressaíram-se as reflexões acerca da importância do cuidado, do brincar, da experiência, da formação integral do sujeito, da Cultura como fonte de conhecimento, e o papel da educação e do profissional docente na garantia de uma prática intencional que proporciona ambiente formativo de qualidade e a mediação do desenvolvimento das capacidades humanas.

Caracterizando as noções sociais, culturais, políticas e históricas, a análise permitiu verificar que para conhecer a educação infantil é necessário, também, perceber todas as suas relações, compreendendo-a como construção histórica que tem suas bases ancoradas em diversas estruturas sociais, culturais, econômicas e

políticas. Também se definiu que a educação Infantil é permeada interesse político, portanto os currículos, as diretrizes e as ações, se articulam às finalidades e funções que influenciam no entendimento da Educação Infantil.

O último objetivo do estudo é conhecer como a formação inicial dos acadêmicos do curso de Pedagogia pode gerar mudanças nas concepções a respeito da função da Educação Infantil no desenvolvimento das crianças. Compreendendo que refletir sobre a educação infantil é necessariamente pensar sobre quem a constitui, definimos que esse entendimento carece de um olhar voltado aos docentes e aos seus processos formativos. Acerca disso, analisamos que a formação inicial exerce influência e modifica significativamente a visão acadêmica, profissional e pessoal dos acadêmicos, na medida em que possibilita que ele aprenda, observe, problematize e transforme não só a sua ação profissional, mas também a sua experiência humana.

Entretanto, ainda são encontradas lacunas na formação acadêmica na área de Pedagogia sendo algumas delas: a pouca relação da educação com as perspectivas inerentes da sociedade, a desvalorização tanto do profissional quanto na educação infantil como também, a disparidade que existe entre o que se idealiza da Educação Infantil e as reais condições e demandas burocráticas que são condições para sua existência.

Os resultados contribuíram para a construção de uma base sólida que permite refletir sobre a função da educação infantil no desenvolvimento humano da criança, aproximando tanto da formação inicial docente, da atuação profissional e, também, da constituição social da educação infantil. Não é possível descontextualizar a educação das relações que a circulam, não há possibilidade de pensar criticamente sobre ela, se não a conhecemos por diferentes perspectivas.

O primeiro capítulo do trabalho, estabeleceu os caminhos metodológicos da pesquisa. Durante a construção do Estado do conhecimento, que se encontra neste capítulo, justificou-se a relevância da pesquisa. Isso porque no levantamento de bibliografias foram enfrentadas algumas dificuldades em encontrar pesquisas que tratassem a educação infantil e a formação humana como foco. É muito comum encontrar a educação infantil sendo citada em pesquisas e trabalhos acadêmicos, porém a grande parte delas se direciona para um aspecto em específico. Compreendendo que a educação infantil é formada por diversos aspectos, foi considerado importante abordá-la em sua totalidade.

Esse aspecto foi amplamente abordado no terceiro e último capítulo da pesquisa, em que foi realizado o aprofundamento teórico sobre a criança e a infância ao longo do tempo, a contribuição da educação infantil em nosso país, o entendimento sobre a educação infantil como fundamental para o desenvolvimento humano das crianças e a análise dos dados da pesquisa. Conclui-se que definir a função da educação infantil é um processo amplo que não pode estar associado a um único aspecto, visto que ela é o conjunto de diversos aspectos.

A criança é considerada um sujeito em formação e a cultura é a fonte de onde se recebe os conhecimentos que humanizam os sujeitos. A educação, nesse sentido, é o processo onde a criança se apropria da cultura e a transforma, construindo novas culturas. Para que isso seja possível não é necessário apenas um conhecimento, mas sim um conjunto de conhecimentos e capacidades que não são somente cognitivas, ou somente sociais. São na verdade a relação entre essas duas e as demais noções são, portanto, competências humanas.

É com esse olhar que o trabalho buscou definir a educação infantil como essencial para o desenvolvimento infantil. A primeira etapa da educação básica é, portanto, um espaço formal de educação, que possui a função de formar o sujeito em todas as suas capacidades e potencialidades. O diferencial da educação da criança pequena é que nela não se desenvolvem áreas de conhecimento, mas sim experiências. A experiência é o que se passa com o sujeito, essa premissa demonstra que o conteúdo da educação infantil depende dos próprios sujeitos, as crianças então são participantes de sua própria educação, pois é ela quem atribui sentido ao que aprende.

Em linhas gerais, compreende-se que a função da educação infantil se concretiza nas relações da criança com o outro, com o mundo, com a história, com os objetos e todos os elementos culturais. Mas só conhecer as relações não garante em nada que a criança se desenvolva humanamente. Isso porque esse desenvolvimento requer ir além de aprender sobre cultura. A criança precisa ser capaz de estabelecer conexões que permitam a transformação daquilo que por ele foi aprendido, é preciso que ela as internalize e externalize, essa é, de fato, a formação humana.

Essa formação, no contexto da educação infantil, é muito evidente, pois é lá que a criança dá seus primeiros passos, ressignifica o mundo enquanto ainda constrói sua identidade. Contudo, conceber a educação infantil tal como se almeja não é uma tarefa fácil. É um desafio romper com as ideias assistencialistas, desvencilhar-

se das burocracias e interesses políticos que a cercam. Tomar consciência de que a ideia de que a função da educação infantil é de formar uma pessoa em toda a sua potencialidade, valorizando-a como ser humano, é o primeiro passo para problematizar as interferências que a concepção de educação infantil enfrenta. Ainda é um desafio a ser pensado a superação da utopia da educação infantil, para que ela deixe de ser um ideal e passe a ser uma realidade, sem que isso represente um conflito entre experiência e legislação.

A pesquisa contribuiu para ampliar um olhar que problematize e avalie a educação da criança pequena, entendendo as relações que são condições para que ela exista. A educação infantil é muito importante para a formação humana da criança. É o espaço em que ela aprende a ser gente e, por isso, sua função deve ser refletida em toda a complexidade e completude.

Esse estudo não almeja, portanto, ser um documento que impõem que a educação infantil seja obrigatória desde de o nascimento da criança, menos ainda se propõem elevá-la a um nível de importância maior que as demais modalidades de ensino. Ao contrário, o objetivo que se concretizou aqui, foi o de ser uma pesquisa útil para pais, responsáveis, estudantes, professores, cidadãos e todos aqueles que desejam compreender a educação infantil como fundamental para o desenvolvimento da criança em todas as suas habilidades humana, sejam elas sociais, econômicas, históricas e ou culturais. Conclui-se que a função da educação infantil só pode ser definida, se quem a define a conhece em todas as suas faces e a percebe como humanizadora, na medida em que a criança através dela desenvolve-se por completo.

1. REFERÊNCIAS

ALVEZ, R. **A Alegria de Ensinar**. 3. Ed. São Paulo: Ars Poetica, 1994. Disponível em: https://www.virtual.ufc.br/CursoUCA/modulo_3/6994779-Rubem-Alves-A-Alegria-de-Ensinar.pdf.

ANJOS, J. G. BISPO, P. S. A importância da educação infantil para o desenvolvimento cognitivo da criança. **Revista Minerva**, v. 1, n. 9, p. 1-12, 2021.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família** / **Philippe Ariès**; tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Artigo 29. p. 22. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior** (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 8, 2 jul. 2015. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1750/resolucao-cne-cp-n-2>. Acesso em: 18 de out. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 115, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>. Acesso em: 18 de out. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 26, 03 de jun. 2024. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4759/resolucao-cne-cp-n-4>. Acesso em: 18 de out. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**, licenciatura. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

BARROS, A. A. M. **Na contramão das imposições**: em busca da (re)significação da função docente e do papel da escola de educação infantil. Tese (doutorado) - PUC-Campinas, 2021

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Traduzindo por: João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2002 Nº 19.

CAFFAGNI, C. W. A. **Qual a função social da escola? Reflexões de nuances sociais e políticas a respeito da instituição escolar**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.32, n.122, p. 1 – 18, jan./mar. 2024.

CAMPOS, M. M. Infância como construção social: contribuições do campo da Pedagogia. In: VAZ, Alexandre Fernandez et al. (Orgs.). **Educação Infantil e sociedade**: questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. p. 11-20.

CASTRO, J. A. **Evolução e desigualdade na educação brasileira**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

COSTA, C. B. et al. **Educação infantil**: processo histórico na Europa e no Brasil. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, v. 1, n. 000093, 8 dez. 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-infantil-processo-historico-na-europa-e-no-brasil>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CORSO, H. V. (2005). A gênese do símbolo e a entrada na cultura: a reflexão epistemológica apóia a reflexão psicopedagógica. **Revista Psicopedagogia**, 22(67), 51–58. Recuperado de <https://revistapsicopedagogia.com.br/revista/article/view/822>

CRAIDY, C; KAERCHER, G. E. **Educação infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: ArtMed, 2001.

DAQUINO, E. S. M. TORTATO, C. S. B. Educação e mulheres: por que o curso de pedagogia é composto em sua maioria por mulheres? **Humanidades & Tecnologia (FINOM)** - ISSN: 1809-1628. vol. 47-abr. /jun. 2024

DEMSCHINSKI, S. C.; FLACH, S. F. Exploração discente: contradições do estágio não obrigatório em cursos de Pedagogia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 191-206, jan./abr. 2022. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>.

EVANGELISTA, N. S.; MARCHI, E. C. Sociologia da infância e reprodução interpretativa: um modelo redondo do desenvolvimento infantil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, e241891, 2022.

FACCI, M. G. E. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de leontiev, elkonin e vigotsky. **cad. cedes**, campinas, v. 24, n. 64, p. 64-81, abril, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf.

GARCIA, A. C. P. F. **A função social da creche na visão de famílias do município de inocência-MS**. Dissertação (mestrado) - UFMS, Três Lagoas-MS, 2024.

GUIMARÃES, C. M. **A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017

GUTH, B. C. **Olhar e planejar: a importância da observação na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado/RS, 2024.

HERMIDA, J. F. Criança e infância na obra de Philippe Ariès e nos clássicos da História Social da Classe Operária: em busca das crianças invisíveis as crianças proletárias. **Polyphonía**, v. 32/2, jul./dez. 2021.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JANNUZZI, G. Algumas concepções de educação do deficiente. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940)**. tese de doutoramento-Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1986.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. Gestão pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, maio/ago. 2007.

KUHLMANN JR., M. (2005). Educação Infantil e currículo. In: Faria, A.L.G. e Palhares, M.S. (orgs.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 5 ed. Campinas, SP, Autores Associados.

LUCENA LIMA, M. S. Reflexões sobre o estágio/ prática de ensino na formação de professores. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 8, núm. 23, enero-abril, 2008, pp. 195-205 Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, Brasil

MASSON, G., MAINARDES, J. O curso de pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa: aspectos históricos e reflexões pós-diretrizes curriculares nacionais. **Atos de pesquisa em educação e PPGE/ME FURB ISSN 1809-0354 v. 4, nº 2, p. 170-192, maio/ago. 2009.**

MELLO, S. A. A especificidade do aprender na pequena infância e o papel do/a professor/a. **Amazônia - Revista de Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v.2, p. 16-32, 2009.

MELLO, S. A.; SINGULANI, R. A. D. (2014). A abordagem Pikler-Lozsy e a perspectiva histórico-cultural: a criança pequeninha como sujeito nas relações. **Perspectiva**, 32(3), 879–900. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n3p879>

MIGUEL, J. C., SILVA, M. E. F. da, & MIGUEL, P. C. (2023). A Educação Infantil na BNCC: desafios à consolidação de direitos de aprendizagem e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, 8, e16076. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e16076>

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista da Educação**. Santa Maria, v. 40, n. 1. p. 101-116, jan./abr. 2015.

MOSS, P. **Qual o futuro da relação entre educação infantil e ensino obrigatório?** Tradução de Tina Amado. **Cadernos de Pesquisa**, V.41 N.342, JAN/ABR. 2011.

NEVES, M. **Qual é a origem da palavra «criança»**. Observatório de língua portuguesa. 1 de Junho, 2024. Disponível em: <https://observalinguaportuguesa.org/qual-e-a-origem-da-palavra-crianca/>.

OLIVEIRA, M. A.; DONELLI, T. M. A.; CHARCZUK, S. B. Cuidar e educar: o sujeito em constituição e o papel do educador. **Psicologia Escolar e Educacional**. 2020, v. 24

PACHECO, M. R. S. **A Educação Infantil e sua importância no desenvolvimento e aprendizagem da criança**. Instituto Federal Goiano Campus Urutal, Urutai, GO, 2022.

PEREIRA, M. C. Cultura, infância, criança e cultura infantil: alguns conceitos. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 38-49, maio, 2013.

PEREIRA, A. Currículo e formação do(a) pedagogo(a) frente as novas diretrizes do curso de Pedagogia: relato de uma experiência de reformulação curricular. **Revista e-Curriculum**, vol. 6, núm, 1, diciembre, 2010, pp. 1-23

PONTA GROSSA. **Caderno pedagógico da educação especial**/Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretaria Municipal de Educação. –Ponta Grossa - PR, 1ª edição, 2020.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância** / Neil Postman; tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. - Rio de Janeiro: Graphia, 2012.

PRODANQV, C. C. FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico /. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROUSSEAU, J. J. 1712-1778. **Emílio: ou Da educação** / Jean-Jacques Rousseau; tradução de Sérgio Milliet. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, P. K. MOROSINI, M. C. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica** - ISSN 2238-9210-V. 33-Maio/Ago. 2021.

SANTOS, E. **Por que gritamos** [recurso eletrônico]: como fazer as pazes consigo e educar filhos emocionalmente Saudáveis / Elisama Santos. 1. Ed. São Paulo: Paz E Terra, 2020.

SANTOS, S. Tornar-se professor: possibilidades de aprendizagem da docência no espaço da formação acadêmico-profissional. **Revista EXITUS**, v. 1, n. 1, p. 23-32, jul./dez. 2011.

SAVIANI, D. **O papel do pedagogo como articulador do trabalho pedagógico na sociedade do capital**. São Paulo: Campinas, 2012.

SOARES, L. M. **A centralidade da percepção na primeira infância e seu desenvolvimento por meio do ensino: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2022.

SOUSA, A. M. P.; SILVA, M. A. **Educação fragmentada: uma necessidade do capitalismo**. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012

UEPG. RESOLUÇÃO CEPE - Nº 2023.79. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - Docência na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão na Educação Básica, da UEPG**. Ponta Grossa, 2023. Disponível em: <https://share.google/SEznK4pn6l0V1DFxd>.

Apêndice 1 – Questionário

Questionário encaminhado pelo *Google Forms* para os acadêmicos do curso de pedagogia.

Questões sobre o perfil do participante

- 1- E-mail.
- 2- Nome Completo.
- 3- Telefone para contato.
- 5- Qual sua idade?
- 6- Qual ano da graduação você está cursando?
- 7- Você trabalha? Se sim, com o quê?
- 8- Você já teve alguma experiência com a educação infantil e/ou com crianças de 0 a 5 anos?

Questões sobre as compreensões acerca da educação infantil

- 9- Ao pensar em educação infantil, quais ideias, palavras e definições vêm à sua mente?
- 10- Em sua compreensão qual é a função da educação infantil?
- 11- Você acredita que em nossa sociedade existem ideias e afirmações de senso comum que influenciam na maneira como a educação infantil é entendida e valorizada? Se sim, quais?
- 12- Quais são os principais desafios da educação infantil?
- 13- Quais potencialidades você identifica nesta etapa de formação?
- 14- Como você percebe o papel dos profissionais da área da educação, na promoção de um ambiente humanizador?

Questões sobre a formação inicial

- 15- De que maneira a sua formação no curso de pedagogia influencia e aprofunda sua compreensão sobre a função da Educação Infantil no desenvolvimento humano das crianças?
- 16- Do início do curso até o momento presente, você consegue identificar mudanças significativas em suas concepções sobre o desenvolvimento das crianças e o papel da Educação Infantil? Se sim, quais foram essas mudanças e o que as motivou?
- 17- Considerando sua trajetória acadêmica, quais disciplinas, discussões, projetos e experiências foram importantes para compreender o desenvolvimento das crianças e

a função da educação destinada a elas? E quais temas poderiam ser aprofundados ou incluídos para essa compreensão ser ainda mais ampla?